Boletim IPPUR

100

@IPPUR.UFRJ

Novembro de 2026

UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional



100 edições do Boletim IPPUR: uma história escrita a muitas mãos



IPPUR/UFRJ: 55 anos de pensamento crítico e compromisso social



31ª Semana IPPUR: a universidade como construção coletiva



Os 25 anos do Estatuto da Cidade: que balanço pode ser feito?



Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro e o Centenário da Democracia Espacial

Ao chegar à sua centésima edição, o Boletim IPPUR traz um número especial que reúne matérias que relembram sua trajetória como instrumento de divulgação científica e como espaço de formação e de aproximações entre a universidade e a sociedade. A edição comemorativa também celebra os 55 anos do IPPUR, as 31 edições da Semana IPPUR e o centenário de Milton Santos, além de propor uma reflexão sobre os 25 anos do Estatuto da Cidade. Confira, ainda, a contribuição do CAGESP sobre o legado do movimento estudantil e seu papel nas lutas políticas e matéria sobre a outorga do título de professor emérito ao docente e pesquisador Luiz César de Queiroz Ribeiro, além de registros sobre a participação do IPPUR e do GPDES na SIAc e sobre a participação de técnicas em assuntos educacionais do IPPUR no XII SINTAE UFRJ 2026. Boa leitura!

Editorial

EXPEDIENTE — Direção: Luis Regis Coli | Coordenação de Divulgação: Mariana Albinati e Claudia Paiva Carvalho | Secretaria de Divulgação: Vivian Casanova | Editora-responsável: Mariana Guimarães de Carvalho | Projeto Gráfico: Isabella Rosa | Colaboração: Equipe Agência IPPUR.

SUMÁRIO

SESSÃO DESTAQUE

100 edições do Boletim IPPUR: uma história escrita a muitas mãos..... 3

Entrevista com as professoras Deborah Werner e Lalita:
da coordenação da Agência IPPUR a leitoras e colaboradoras do Boletim.....9

IPPUR/UFRJ: 55 anos de pensamento crítico e compromisso social..... 19

Os 25 anos do Estatuto da Cidade: que balanço pode ser feito?.....23

31ª Semana IPPUR: a universidade como construção coletiva.....28

SESSÃO ACONTECE

IPPUR apresenta 50 trabalhos e recebe 19 menções honrosas na SIAC 2026..... 33

Luiz César de Queiroz Ribeiro, docente do IPPUR, recebe da UFRJ
o título de professor emérito..... 37

Técnicas em Assuntos Educacionais do IPPUR participam do XII SINTAE UFRJ 2026..... 39

SESSÃO DEBATE

Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro e o Centenário da Democracia Espacial:

Recuperando diálogos sobre espaço, poder e ação no Brasil contemporâneo.....41

O legado da organização estudantil e o papel do estudante na política.....48

Professor Henri Acselrad analisa politicamente a crise ambiental
em entrevista à Revista Agenda Política..... 50

SESSÃO NA MÍDIA

Confira a participação do professor Henri Acselrad em debate sobre
"Transição ecológica: mercados, territórios e resistências" na
Semana Franco-Uspiana de 2026.....51

Professor Erick Omena discute as permanências e transformações
no segundo turno das eleições presidenciais no Brasil de Fato.....52

Análises do professor Carlos Vainer sobre o panorama de lutas
no campo da esquerda em busca da vitória eleitoral de Lula no segundo turno..... 53

100 edições do Boletim IPPUR: uma história escrita a muitas mãos

Claudia Paiva Carvalho
Professora do IPPUR / GPDES e Coordenadora da Agência IPPUR (2023-2026)

Mariana Guimarães de Carvalho
graduanda na FAU UFRJ e extensionista da Agência IPPUR



Neste mês de novembro, o Boletim chega a sua centésima edição. **A edição nº 1 do Boletim IPPUR foi publicada no dia 11 de setembro de 2019**. A chamada divulgava um evento promovido pelo CAGESP sobre a Reforma da Previdência e o Projeto Future-se, este último também objeto de análise de um artigo do professor Fernando Peregrino, publicado na mesma edição. Outras matérias traziam o registro da participação do IPPUR e do GPDES no III ENEPCP, a divulgação de um texto da então graduanda Joyce Trindade, de um curso da ENAP, do edital de doutorado e da Semana PUR (que na edição seguinte passaria a se chamar Semana IPPUR). Desde então, o Boletim IPPUR tem sido um canal de divulgação do que é produzido ou pertinente à atuação do corpo social do IPPUR em suas diferentes atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária.

Como nos contam as professoras Deborah Werner e Lalita Kraus, que estavam à frente da Direção de Pesquisa, Divulgação, Documentação e Extensão em 2019, a história do Boletim IPPUR começa antes dessa primeira edição que aparece no site. A elaboração do Boletim havia sido iniciada sob a Direção dos professores Pedro Novaes e Soraya Simões, mas interrompida por falta de uma equipe dedicada ao trabalho. A retomada do Boletim envolvia, assim, o desafio de estruturar uma equipe comprometida, de mobilizar o corpo social do IPPUR a contribuir com textos e sugestões de pauta e de constituir uma comunidade de leitores/as, ou seja, de pessoas interessadas em receber notícias, materiais e reflexões sobre os campos do planejamento urbano e regional e da gestão pública. Ao lado desses esforços organizativos, somavam-se diversos desafios técnicos: a formatação das matérias no site, a seleção e a edição das imagens e a utilização de plataformas para o envio das edições publicadas.

O Boletim nasceu vinculado à Agência IPPUR que, por sua vez, foi inicialmente pensada como uma iniciativa de divulgação da Direção do IPPUR, na gestão 2015-2018. A transformação da Agência em um projeto de extensão foi um importante ponto de inflexão que transformou o Boletim. As professoras Deborah e Lalita destacam que a natureza extensionista conferiu uma maior institucionalização à iniciativa, ao mesmo tempo em que abriu um espaço formal à participação de estudantes de graduação e à captação de recursos, especialmente de bolsas. A natureza extensionista também passou a estruturar a relação entre o modo de produção do Boletim, os conteúdos publicados e os objetivos pretendidos quanto à divulgação de informação qualificada e não restrita ao ambiente acadêmico.

Não há dúvida de que muita coisa mudou ao longo de 7 (sete) anos de Boletim IPPUR, incluindo a própria periodicidade da publicação, que foi quinzenal até 2023, quando passou a ser mensal. Mas há um traço de continuidade que se mantém no processo de produção: a prática do trabalho em equipe, com discussão coletiva das pautas, divisão de tarefas e colaboração entre docentes, discentes e técnicos e técnicas nas diferentes etapas. Ainda que tenha se modernizado ao longo do tempo, o editorial do Boletim segue sendo um trabalho essencialmente artesanal, com todos os apertos e sufocos que se renovam a cada edição, seja para conseguir organizar os fluxos, fechar a pauta ou cumprir os prazos. Reforçamos algo que as professoras Deborah e Lalita apontaram: *não temos formação em comunicação* e só recentemente recebemos um apoio técnico nessa área, mas acreditamos na função formativa, social e comunicativa do Boletim.



Legenda: Diferentes capas do Boletim IPPUR.

A atividade de divulgação científica nos exige, de partida, duas preocupações complementares: o compromisso em oferecer informação de qualidade visando a difusão do conhecimento e do pensamento crítico; e a orientação para um formato e linguagem mais acessível, diversa e plural, de modo a conversar com um público mais amplo e externo à universidade. Isso requer um trabalho cuidadoso na elaboração dos textos e chamadas, atento às diferenças entre a escrita acadêmica e jornalística e ao desenvolvimento de habilidades para sintetizar questões complexas e para contar de forma mais interessante o que se faz e produz na universidade. Requer, também, atenção aos meios de divulgação, o que inclui estratégias para gerar mais visibilidade, ampliar o alcance e circular as publicações em mais espaços, bem como para desenvolver uma identidade visual e outros recursos gráficos que contribuem para organizar e apresentar melhor os conteúdos que comunicamos.

BOLETIM IPPUR #100

Para dar conta desses desafios, para além das formações internas ao projeto, as atividades da Agência IPPUR são atreladas à oferta de disciplinas que tratam do papel da comunicação social como serviço público e que buscam engajar os/as estudantes de graduação nas tarefas de divulgação científica. Essas experiências têm sido de grande importância não só para a discussão teórica e para o desenvolvimento de competências e habilidades (de redação, revisão de texto, edição gráfica, divulgação digital etc), mas especialmente para aproximar o Boletim IPPUR do GPDES. As disciplinas fomentaram uma construção de pautas coletivas de interesse do GPDES e uma produção de textos pelos/as estudantes, que passaram a contar no Boletim sobre **suas experiências em sala de aula**, **seus trabalhos de pesquisa**, **a participação em visitas de campo** e outros temas de interesse, como **a visão de estudantes egressos sobre o GPDES** e **demandas de igualdade de gênero na universidade**.

De forma mais ampla, o Boletim permite que o próprio IPPUR se conheça melhor, ao circular internamente aquilo que diferentes grupos, laboratórios e projetos têm feito, contribuindo para fortalecer os diálogos dentro da nossa comunidade. **Como afirmou Tainá Farias S Maciel**, que participou em diferentes fases do Boletim e atualmente é doutoranda pelo PPGPUR: "O Boletim funciona como um espaço de circulação dessas ideias e experiências, permitindo que conheçamos melhor a diversidade de pesquisas e atividades que acontecem no Instituto. Isso também estimula novas aproximações, trocas e possibilidades de colaboração". Em especial, o Boletim tem servido para ampliar a integração entre pós-graduação e graduação, tanto a partir da divulgação de trabalhos e pesquisas de mestrado e doutorado, como a partir da convivência na própria equipe, nas reuniões, disciplinas, eventos e atividades organizadas.

O editorial do Boletim também tem como diretriz a produção coletiva do conhecimento em diálogo e interação com movimentos sociais e populares, atores e organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas, o que corrobora a tradição de pesquisa engajada e socialmente enraizada que caracteriza a atuação do IPPUR. Nesse sentido, muitos textos são **produto de atividades de campo,** como à Comunidade do Contorno, em Petrópolis e ao Parque Ambiental e Arqueológico São João Marcos, de **produções conjuntas com movimentos sociais parceiros,** a exemplo do Movimento de Mulheres Olga Benário e do Museu das Remoções, na Vila Autódromo e de **realizações de projetos de extensão** que articulam temas relacionados, por exemplo, ao trabalho ambulante e à política de cuidados.

Outra estratégia para tratar de mais assuntos e falar com mais pessoas tem sido a diversificação do formato e da linguagem das matérias, incluindo **relatos de experiência** sobre atividades formativas e eventos, **entrevistas** com docentes e pesquisadores sobre temas como a participação em sociedade científica e trabalhos premiados e **textos de intervenção** sobre o movimento docente nacional, a retomada das políticas públicas sobre igualdade racial e a proposta de arcabouço fiscal, entre outros.

Ao se constituir como um espaço de formação e de trocas, o Boletim promove um contato com temas e debates diversos e com uma forma de comunicá-los que - na melhor das hipóteses - pode ser transformador do próprio sentido que damos à nossa experiência na universidade. Notamos esse impacto no depoimento da pesquisadora Tainá Farias S. Maciel sobre sua participação no Boletim:

> Acredito que foi uma experiência muito importante para a minha formação. No Boletim, tive a oportunidade de conhecer mais de perto o campo do Planejamento Urbano e Regional e, principalmente, de compreender melhor o papel da comunicação científica. Eu tinha contato com uma multiplicidade de pesquisas, temas e debates que eram traduzidos para uma linguagem mais acessível, permitindo que diferentes públicos se aproximassem do conhecimento produzido na universidade.
>
> Isso me fez perceber, na prática, a importância de aproximarmos nossas pesquisas e nosso trabalho da sociedade. Não apenas como uma forma de compartilhar ou devolver o conhecimento produzido, mas também como uma possibilidade de estabelecer diálogos, aprender com as experiências e os saberes das pessoas e reconhecer que a produção do conhecimento não acontece somente dentro da universidade.

Esse caráter aberto e dialógico contribui para que o Boletim seja uma construção dinâmica e em constante transformação. Desde 2023, a partir de um entendimento sobre os tipos de materiais que compõem o Boletim, passamos a organizar a pauta em seções. Coberturas e relatos sobre eventos e atividades realizadas no IPPUR ou com participação do seu corpo social são reunidos na seção “Acontece”; textos que apresentam pesquisas, publicações ou reflexões sobre temas de interesse do IPPUR e do GPDES compõem a seção “Debates”, que também recebe contribuições externas que tenham afinidade com as temáticas do campo; e a seção “Na Mídia” repercute a participação de integrantes do IPPUR nos meios de comunicação, seja em mídias escritas ou de audiovisual, incluindo a publicação de artigos em portais de notícias e a participação em podcasts e entrevistas. Temos, ainda, uma seção dedicada a “séries especiais”, que trazem iniciativas específicas da Agência IPPUR com o corpo social.

Entre 2023 e 2026, publicamos duas séries especiais no Boletim IPPUR. A **Série Biblioteca IPPUR**, iniciada em 2023, foi organizada a partir de demandas apresentadas pelos/as estudantes sobre atos da vida acadêmica, como a realização de pesquisas em bases bibliográficas, a consulta a acervos, a formatação de textos acadêmicos e a elaboração do currículo Lattes. Por meio de entrevistas curtas realizadas com o corpo técnico da Biblioteca do IPPUR, a série abordava esses diferentes temas de interesse, incluindo explicações sobre o Portal de Periódicos da UFRJ, os Cadernos IPPUR, as normas da ABNT e a Plataforma Lattes, entre outros. A segunda série especial intitulada **Trajetórias Profissionais Multidisciplinares no Campo de Públicas** foi iniciada em 2024, trazendo entrevistas com pessoas de referência na área, enfatizando as múltiplas possibilidades acadêmicas e profissionais ligadas à gestão

BOLETIM IPPUR #100

pública. A iniciativa foi coordenada pela professora Maria Aparecida Abreu, responsável por conduzir as entrevistas, com apoio da equipe da Agência IPPUR, que auxiliou no processo de degradação e de revisão dos textos para publicação. Entre as pessoas entrevistadas na Série estão nomes de destaque como Edgilson Tavares de Araújo, Ana Cláudia Farranha, Paulo Januzzi e Renata Bichir.

Ao debatermos a pauta sobre as 100 edições do Boletim IPPUR, uma questão que se colocou para a equipe - e que colocamos para as convidadas entrevistadas nesta edição - foi sobre a relevância e os desafios do Boletim no atual ambiente de produção e gestão de informações, marcado pelo avanço de tecnologias que condicionam não só o modo como as pessoas se informam, mas como se expressam e se relacionam. Ainda que modernize a forma de divulgação, com vídeos curtos e recursos gráficos, o Boletim insiste no texto, na leitura menos apressada, no site como espaço de registro e de memória institucional. Em um tempo de profusão de informações em mídias rápidas, acreditamos no Boletim como um meio de consolidar e formar um acervo documental, mas um acervo vivo e em movimento, que nos ajuda a pensar o papel da universidade e sua produção nas áreas da gestão pública e do planejamento urbano e regional.

BOLETIM IPPUR #100

Entrevista com as professoras Deborah Werner e Lalita: da coordenação da Agência IPPUR a leitoras e colaboradoras do Boletim

Claudia Paiva Carvalho
Professora do IPPUR / GPDES e Coordenadora da Agência IPPUR (2023-2026)

Mariana Guimarães de Carvalho
graduanda na FAU UFRJ e extensionista da Agência IPPUR

Para esta edição especial do Boletim IPPUR, convidamos as professoras Lalita Kraus e Deborah Werner, que consolidaram o início das publicações regulares do Boletim, em 2019, a comentarem sobre essa trajetória. Em entrevista que atravessa mais de 7 anos de memória no Instituto, as professoras contam a história do surgimento do Boletim IPPUR, da estruturação da Agência IPPUR como projeto de extensão e de como estas iniciativas impactaram o corpo social do Instituto, dos docentes ao corpo técnico e discente de graduação e pós graduação, além de terem contribuído para a aproximação e construção de diálogos com a comunidade externa.

Agência IPPUR: A primeira edição do Boletim IPPUR foi publicada em setembro de 2019. Como foi o processo de criação do Boletim? Quais referências vocês tinham em mente e quais os objetivos pretendidos com a iniciativa?

Deborah e Lalita: Primeiramente, gostaríamos de agradecer o convite para o Boletim e parabenizar a equipe pela edição número 100. O Boletim se consolidou como um instrumento potente de divulgação científica que nos orgulha muito.

Sobre a primeira edição de 2019, na verdade, o IPPUR já havia iniciado a elaboração de um Boletim, a partir da iniciativa da Direção anterior, através dos Professores Pedro Novaes e Soraya Simões. O grande desafio era dar continuidade às edições, visto que por falta de uma equipe dedicada ao trabalho, a elaboração do Boletim foi interrompida. Quando chegamos à Direção, na coordenação de Divulgação, recebemos como prioridade, por parte do novo Diretor, o Professor Orlando Santos Jr. a retomada do Boletim. Além disso, tínhamos o desafio de reformular o site. Quanto ao Boletim, em um primeiro momento, discutimos bastante o formato, como elaboraríamos as matérias e como receberíamos as contribuições. Já havia, na época, programas de disparo de boletins por e-mails, então iniciamos um levantamento sobre as melhores possibilidades para o Boletim IPPUR. Um desafio grande foi a atualização dos contatos para os quais o Boletim seria enviado, assim como engajar a comunidade do IPPUR para colaborar com o Boletim. Nesse aspecto, o sucesso foi imediato,

pois lançávamos as chamadas, informávamos nas reuniões do Conselho Deliberativo do IPPUR, e muitos colegas enviavam suas contribuições. Quanto ao modo de envio, iniciamos com uma plataforma de disparo privada, posteriormente um estudante, que tinha experiência em programação, criou uma plataforma própria, muito fácil de manejar. No entanto, como ainda havia algumas restrições e ele não pôde continuar como membro da equipe, retomamos os envios por meio das plataformas privadas e gratuitas.

Nossas referências foram alguns boletins informativos que já existiam em algumas universidades, como na USP e na UFRJ, e a nossa própria experiência anterior. A ideia era não reproduzir a mesma linguagem de revistas acadêmicas para que acessássemos outros públicos fora da Universidade, como escolas, familiares, associações e movimentos sociais com os quais o corpo social do IPPUR se relaciona. Ao mesmo tempo, era necessário manter a qualidade das informações, de modo a que as pesquisas do IPPUR e de colaboradores externos ao IPPUR chegassem a um público mais amplo.

Agência IPPUR: O Boletim sempre esteve vinculado ao projeto de extensão da Agência IPPUR? Qual a importância de trabalhar a comunicação e a divulgação científica em uma perspectiva extensionista? De que modo a participação na elaboração do Boletim impacta a formação dos estudantes?

Deborah e Lalita: Não, a Agência IPPUR já havia sido criada como uma iniciativa vinculada à Direção anterior. A iniciativa de transformá-la em uma extensão nasceu da necessidade de consolidar uma equipe formada por extensionistas dedicados à elaboração do Boletim, mas também a outras iniciativas de comunicação e divulgação do instituto. Com a Agência IPPUR em caráter extensionista, acreditávamos que o projeto teria maior capacidade de realização das ações. Era preciso fortalecer a equipe, que contava apenas com o técnico Will Boente e duas professoras, Deborah Werner e Lalita Kraus. Além disso, ao ser uma extensão, o projeto deixaria de ser uma iniciativa de uma determinada Direção, sujeito ao seu fim após o fim do mandato, e passaria a ser uma iniciativa institucional, ao engajar todo o corpo social do Instituto em torno da iniciativa. Como extensão, também poderíamos captar recursos para remunerar ao menos um extensionista para apoiar a coordenação de divulgação. Não menos importante era o próprio objetivo do projeto, a divulgação científica para fora da Universidade, o que por si só já evidenciava o seu caráter extensionista.

O impacto nos estudantes foi muito importante, pois através do Boletim e da Agência, eles passaram a promover a difusão do conhecimento sobre os temas do Planejamento Urbano e Regional e da Gestão Pública em um formato mais aderente à sociedade. A elaboração do Boletim era realizada a partir de reuniões semanais de editorial com os extensionistas. Além da pauta do Boletim, discutíamos nas reuniões de extensão as atividades dos demais canais de comunicação.

O engajamento do GPDES foi grande, pois ao se tornar uma extensão, eles puderam se envolver mais diretamente. Nessa época, destaco a atuação dedicada das discentes do GPDES Clarice Rocha, Maria Fernanda Fontenelli, Tainá Farias da Silva e Joyce Trindade, hoje egressas, que assumiram posições de coordenação das atividades desenvolvidas pela Agência. Para a formação dos estudantes, a extensão contribuiu para consolidar o trabalho em equipe, respeito à hierarquia, engajamento e expressão das ideias em múltiplos formatos.

Com relação ao engajamento da pós-graduação, não há meios institucionais como os promovidos pelo programa de extensão. Ainda assim tivemos apoio de alguns pós-graduandos, como Raquel Isidoro, que na época ainda não era discente do IPPUR, mas se engajou a partir de uma chamada que fizemos para extensionistas; Raphael Vidal e Stephanie Assaf, que elaboraram a revisão gráfica e a identidade visual do Boletim, além de ministrarem a oficina de espacialização da informação no GPDES. A oficina tinha o objetivo de instrumentalizar os estudantes para espacialização de informações de campo por meio da criação de mapas, diagramas, infográficos, etc. Além disso, Raphael também deu suporte técnico-científico às lives que organizamos em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, atividade coordenada pela Professora Fania Fridman e transmitida no canal IPPUR. Ressaltamos ainda que os pós-graduandos sempre foram muito propositivos quanto ao envio de publicações para o Boletim IPPUR, com artigos informativos e sugestões de pauta.

Além deles, destacamos também a atuação de Nathália Azevedo, que idealizou o projeto do canal no Youtube, e os Debates IPPUR, uma série de lives ao longo da pandemia; e Monique Assunção, que também contribuiu na parte técnica para a transmissão das lives, ambas egressas do GPDES e, naquele momento, discentes do PPG-PUR. É bom lembrar que o canal do Youtube nasce exatamente da necessidade de mantermos a integração do nosso instituto, em contexto de pandemia do COVID-19 e de isolamento social. Nesse sentido, todas as iniciativas de comunicação se fortaleceram enquanto uma forma de resistência ao que estávamos vivendo! O canal se tornou, muito rapidamente, um espaço de encontro e de troca coletiva entre a comunidade IPPUR e a sociedade. Naquele momento, as lives promovidas pela Ânima Pública, empresa Júnior do GPDES, a parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa e os Debates IPPUR, propostos pelo corpo social do instituto, a partir de um calendário proposto pela Agência, foram fundamentais para incentivarem novas propostas de professores, técnicos e estudantes a ocuparem o canal com seus projetos. Além disso, foi um espaço para a difusão da própria produção científica dos laboratórios e grupos de pesquisa entre nós mesmos. Antes da pandemia, já vínhamos de um isolamento e distanciamento do nosso corpo social em função do incêndio de 2016.

BOLETIM IPPUR #100

Todas essas iniciativas só foram possíveis a partir da institucionalização da Agência IPPUR enquanto uma extensão, dentro da qual o Boletim se tornou uma das muitas ações realizadas.

Agência IPPUR: Como vocês organizaram a equipe e a divisão de trabalho nos primeiros anos de publicação do Boletim? Quais os principais desafios que vocês enfrentaram?

Deborah e Lalita: Na época, vinculada à extensão Agência IPPUR, criamos uma oficina de comunicação para a elaboração do boletim, com encontros semanais para aprendermos a elaborar vídeos, seleção de imagens, formas de escrita para divulgação científica, elaboração de pautas, seleção das seções, entre outros temas. A oficina contou com apoio técnico de uma ONG sobre política pública. Já era um momento de crescente proliferação de fakenews e nossa intenção era a de se aproximar da sociedade com informação qualificada, em um formato distinto do acadêmico. Dessa iniciativa surgiu também o Divulga IPPUR, o Instagram e o Canal Youtube Agência IPPUR. Ressaltamos ainda que o Boletim IPPUR se tornou um excelente meio de difusão da produção científica de colegas de outras instituições, inclusive internacionais, como México, Chile e Argentina, parceria que começou no período pandêmico.

A elaboração do Boletim era realizada a partir de reuniões semanais de editorial com os extensionistas. Nas reuniões eram realizadas a definição da pauta, a seleção dos artigos e imagens e as notícias sobre eventos, editais, chamadas de revistas, etc. Além da pauta do Boletim, discutíamos nas reuniões de extensão as atividades dos demais canais de comunicação. Cada discente tinha uma responsabilidade conforme as habilidades por ele indicadas. Organizávamos a equipe em dupla, e cada dupla era responsável por uma tarefa antes do envio do material para o extensionista responsável pela publicação no mailshiping.

O principal desafio sempre foram os recursos financeiros para que pudéssemos desenvolver as ações com a qualidade exigida para um trabalho de divulgação científica. Ainda assim, recebemos muito apoio institucional, com destaque para as bolsas de extensão, que foram fundamentais para responsabilizar os extensionistas nas atividades, assim como o apoio do corpo social do IPPUR, seja ao colocarem à disposição da Agência equipamentos dos laboratórios (câmeras, microfones e computadores) ou atuarem diretamente na extensão, como revisores dos artigos dos Boletins e proponentes de pauta e atividades para o canal da Agência. Além disso, precisamos destacar que não temos formação em comunicação, ainda que entusiastas e pesquisadoras da área. Nesse sentido, a ausência de um corpo técnico especializado na área era um desafio muito grande também, o que conquistamos mais recentemente, com a chegada de Vivian Casanova.

Agência IPPUR: Vocês percebem mudanças relevantes no formato, processo de produção e conteúdo do Boletim ao longo do tempo? Quais transformações destacariam?

Deborah e Lalita: As mudanças que ocorreram na identidade visual e na estrutura do próprio Boletim conservam o projeto original ao mesmo tempo em que o moderniza, o que é muito importante para continuar sendo referência para a comunidade IPPUR e para o seu público externo. Cada membro da equipe aportou alguma contribuição que vai sendo transmitida aos integrantes vindouros, de modo a consolidar uma memória coletiva do Instituto, sempre em construção, o que contribui ainda mais para o seu fortalecimento institucional. Hoje, o Boletim é o primeiro canal quando desejamos realizar a divulgação das nossas atividades e eventos. “Manda pro Boletim!” é uma frase que ouvimos ou falamos sempre, no corredor, em sala de aula, nas reuniões deliberativas e nos eventos, e todo mundo sabe a que nos referimos, o Boletim IPPUR! Isso é motivo de orgulho e incentivo para que continuemos a fortalecer esse espaço.

Agência IPPUR: Como vocês entendem o papel e a relevância do Boletim no atual cenário de mudanças na tecnologia da informação, na geração de textos e na acessibilidade comunicacional?

Deborah e Lalita: Desde que o projeto do Boletim foi lançado, o principal desafio era contribuir para a promoção da divulgação científica, oferecer informação de qualidade em nosso campo, fazer chegar à sociedade o que faz nossas áreas de conhecimento e, sobretudo, fazer um contra-ponto às fakenews. Não estava em voga a Inteligência Artificial, por exemplo. Então, cada texto enviado era revisado por um professor convidado mais próximo ao tema, e cada matéria escrita pelos estudantes era revisada pelos professores integrantes da extensão, que recebeu o reforço do Professor Fábio Oliveira. As imagens, algo difícil de selecionar em função dos direitos autorais, era discutida pela equipe para saber se seria a mais adequada ao tema, ou sugerida pelas pessoas que propunham as matérias. Tudo era realizado de forma coletiva. Esse processo contribuiu muito para o aperfeiçoamento da escrita dos estudantes, assim como o uso de outras técnicas de comunicação. Buscamos promover a ideia de que a informação de qualidade é um direito que garante a formação cidadã. Com as novas ferramentas, várias atividades podem ser facilitadas, mas sem perder a essência do que prezamos: aliar o objetivo da divulgação científica com a formação qualificada e crítica de nosso corpo discente. Nossa maior alegria foi a continuidade do projeto, por meio da coordenação que nos sucedeu, as Professoras Mariana Albinati e Claudia Paiva, o que confirma a consolidação e a potência desse espaço. Parabéns a todos, todas e todes que constroem diariamente o Boletim IPPUR e a Agência IPPUR!

BOLETIM IPPUR #100

Como o Boletim IPPUR acompanhou e impactou a trajetória da pesquisadora Tainá Farias S. Maciel da graduação ao doutorado

Claudia Paiva Carvalho
Professora do IPPUR / GPDES e Coordenadora da Agência IPPUR (2023-2026)

Mariana Guimarães de Carvalho
graduanda na FAU UFRJ e extensionista da Agência IPPUR

Em mais uma entrevista especial para a 100ª edição do Boletim IPPUR, conversamos com Tainá Farias S. Maciel, atualmente doutoranda pelo PPGPUR, que participou do editorial e da Agência IPPUR em diversas fases. Tainá iniciou o trabalho no editorial do Boletim em 2019, sob a coordenação das professoras Lalita e Deborah, enquanto extensionista e graduanda do GPDES e posteriormente voltou à equipe no mestrado e, mais recentemente, no doutorado. Em seu relato, Tainá nos conta como a participação no projeto contribuiu para sua inserção no campo do PUR e de Políticas Públicas, assim como para uma melhor compreensão do papel da comunicação científica como espaço de formação e de aprendizado não só de competências técnicas, mas de formas mais plurais, diversas e coletivas de aproximação com a sociedade.

Agência IPPUR: Como você chegou ao editorial do Boletim?

Tainá M.: Cheguei ao Boletim no final de 2021, em novembro, quando estava no quinto período da graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES). Entrei como extensionista, inicialmente contribuindo com a produção das chamadas para o Boletim 55. Na edição seguinte, passei a atuar como editora-responsável, assumindo essa função durante a transição de saída da Maria Fernanda Fontenelle, que ocupava anteriormente o cargo, sob a coordenação das professoras Lalita e Deborah.

A Maria Fernanda teve um papel muito importante nesse processo, porque me acompanhou durante a transição e me ensinou bastante sobre a dinâmica de produção do Boletim. Recebi dela muitas orientações e dicas sobre como elaborar os textos e as chamadas, organizar as seções e estruturar cada edição. Essa troca foi fundamental, especialmente porque eu ainda estava começando na Agência IPPUR e tinha pouca experiência com esse tipo de trabalho.

Na época, ainda estávamos vivendo o período da pandemia, então a dinâmica era um pouco diferente. Nossas reuniões eram realizadas on-line e as pautas eram definidas coletivamente. Apesar disso, a organização do trabalho já tinha muitas semelhanças com o formato atual da Agência e do Boletim. Atuávamos em diferentes frentes, desde a elaboração e revisão dos textos até a diagramação e a divulgação das edições. Também produzíamos matérias sobre eventos acadêmicos, que naquele período aconteciam majoritariamente de forma remota,

como lives, seminários e debates. Foi um período de muito aprendizado e de construção coletiva.

Agência IPPUR: Como ter participado do Boletim impactou sua formação e sua vida em geral? Você acha que contribuiu para te aproximar de alguma forma da pós-graduação, estando na graduação?

Tainá M.: Acredito que foi uma experiência muito importante para a minha formação. No Boletim, tive a oportunidade de conhecer mais de perto o campo do Planejamento Urbano e Regional e, principalmente, de compreender melhor o papel da comunicação científica. Eu tinha contato com uma multiplicidade de pesquisas, temas e debates que eram traduzidos para uma linguagem mais acessível, permitindo que diferentes públicos se aproximassem do conhecimento produzido na universidade.

Isso me fez perceber, na prática, a importância de aproximarmos nossas pesquisas e nosso trabalho da sociedade. Não apenas como uma forma de compartilhar ou devolver o conhecimento produzido, mas também como uma possibilidade de estabelecer diálogos, aprender com as experiências e os saberes das pessoas e reconhecer que a produção do conhecimento não acontece somente dentro da universidade.

O contato com diferentes pesquisas também ampliou muito meu repertório e meu pensamento crítico. Acredito que isso contribuiu para me aproximar da pós-graduação, porque eu lia trabalhos produzidos por docentes e estudantes do mestrado e do doutorado que eram divulgados no Boletim. Além disso, eu também fazia iniciação científica no Laboratório LabEspaço, com a professora Lalita Kraus, e era frequentemente incentivada a contribuir com textos sobre nossas pesquisas coletivas.

Esse exercício foi muito enriquecedor para o meu desenvolvimento como pesquisadora. Eu tinha a oportunidade de trabalhar com a escrita acadêmica, mas também de experimentar outro tipo de escrita, de aprender a identificar as ideias centrais de uma pesquisa, sintetizar seus argumentos e transformá-los em um texto mais curto, claro e interessante para um público mais amplo. Acho que essa capacidade de transitar entre diferentes formas de escrita e comunicação é algo que desenvolvi bastante durante minha participação no Boletim.

Também aprendi habilidades mais técnicas, relacionadas à diagramação, ao design e à utilização de ferramentas de edição e divulgação digital. Mas, para além disso, o trabalho em equipe foi muito importante. O editorial era composto por estudantes do GPDES e, em algumas ocasiões, de outros cursos, com trajetórias e interesses bastante diversos. Era uma equipe dinâmica, que precisava conciliar diferentes demandas e trabalhar coletivamente para garantir a periodicidade das publicações. Nem sempre era simples fechar uma edição e cumprir os prazos, mas esses desafios também faziam parte do aprendizado.

Agência IPPUR: Alguma matéria te marcou enquanto você estava no editorial? Por quê?

Tainá M.: Sim! Uma das experiências que mais me marcou foi a cobertura das comemorações dos dez anos do GPDES, logo nos primeiros meses em que entrei para o Boletim. Na época, eu ainda era aluna da graduação e lembro que foi uma oportunidade de conhecer melhor a história do curso, descobrir iniciativas e acontecimentos dos quais até então não tinha conhecimento.

Uma das publicações que me marcou especialmente foi o livro GPDES: uma década formando gestores públicos, que reuniu artigos, ensaios e poemas produzidos por estudantes do curso. Foi muito interessante poder ler os trabalhos de colegas e amigos e, ao mesmo tempo, ter a felicidade e a surpresa de encontrar um artigo que havíamos produzido em parceria, durante a iniciação científica, eu e meu colega Alexandre Henrique.

Aquele texto havia sido selecionado para compor o livro e foi uma experiência muito emocionante para nós. Lembro até hoje que aquela foi nossa primeira publicação como primeiros autores em um livro. Para mim, representou uma forma de reconhecimento pelo trabalho, pela dedicação e pelo esforço que estávamos desenvolvendo na pesquisa. Acho que foi também um daqueles momentos em que comecei a me enxergar mais concretamente como alguém que poderia seguir o caminho da pesquisa científica. Foi uma experiência que despertou e fortaleceu meu interesse pela produção acadêmica.

Agência IPPUR: Como você entende a produção e a existência do Boletim diante das mudanças na tecnologia da informação, na geração de textos e na acessibilidade comunicacional?

Tainá M.: Acho que o Boletim continua tendo um papel muito importante na ampliação do diálogo entre as pessoas que compõem o IPPUR. Muitas vezes, no cotidiano da universidade, convivemos com colegas, professores e pesquisadores, mas nem sempre sabemos o que cada um está pesquisando, quais debates estão mobilizando ou quais resultados estão sendo encontrados. O Boletim funciona como um espaço de circulação dessas ideias e experiências, permitindo que conheçamos melhor a diversidade de pesquisas e atividades que acontecem no Instituto. Isso também estimula novas aproximações, trocas e possibilidades de colaboração.

Outro aspecto importante é o esforço de transformar pesquisas, muitas vezes extensas e densas, em textos mais curtos e acessíveis. Isso facilita, por exemplo, a aproximação dos estudantes da graduação com as pesquisas desenvolvidas na pós-graduação, mas também permite que o conhecimento produzido no Instituto ultrapasse os muros da universidade e alcance outros públicos. E acho que isso tem uma relação muito forte com a própria trajetória do IPPUR, que historicamente mantém um diálogo próximo com movimentos

BOLETIM IPPUR #100

sociais, organizações populares e diferentes sujeitos envolvidos na produção e na transformação do espaço.

Também considero que esse trabalho ganha ainda mais relevância diante do cenário atual de circulação acelerada de informações e desinformação. Produzir e compartilhar conteúdos fundamentados em pesquisas, com fontes identificadas e compromisso com a qualidade da informação, é uma maneira de contribuir para o acesso a conhecimentos confiáveis e para o fortalecimento de um pensamento mais crítico.

Agência IPPUR: Como você entende o papel e a relevância do Boletim enquanto espaço de publicação do IPPUR, cujo editorial é composto por estudantes, neste cenário?

Tainá M.: Acho que existe uma dimensão muito importante do Boletim que é justamente seu caráter formativo. Ter um editorial composto por estudantes significa também reconhecer que a comunicação científica é uma prática que pode e deve fazer parte da formação universitária. Participar desse processo envolve assumir responsabilidades, desenvolver um olhar analítico e responsável sobre aquilo que comunicamos, sabendo que tornar uma pesquisa acessível exige cuidado com o conteúdo, com a linguagem e com a forma como as informações são apresentadas.

Acho que isso ganha uma dimensão particular no contexto atual, em que temos cada vez mais ferramentas tecnológicas e recursos de inteligência artificial capazes de produzir, resumir e transformar textos em poucos segundos. Essas ferramentas podem contribuir muito para ampliar as possibilidades de comunicação e acessibilidade, mas também tornam ainda mais importante o trabalho de edição, checagem, contextualização e curadoria das informações. Produzir um conteúdo de qualidade não é simplesmente gerar um texto e pronto. Pelo contrário, envolve escolhas, atenção aos detalhes, responsabilidade com as fontes e compromisso com aquilo que está sendo comunicado.

Eu vejo o trabalho editorial como um exercício que exige tempo e dedicação, quase um trabalho artesanal de construção coletiva. Existe um cuidado em cada etapa, desde a escolha das pautas até a leitura, a revisão, a elaboração dos textos e a preparação de cada edição. E acredito que esse processo não perde sua importância com as inovações tecnológicas; pelo contrário, pode se beneficiar delas, desde que a tecnologia esteja a serviço de uma comunicação mais qualificada, acessível e responsável.

Por fim, acho que chegar à 100ª edição é uma conquista muito significativa, porque representa a continuidade de um espaço de compartilhamento de pesquisas, ideias, debates e experiências que fazem parte da história do IPPUR. Fico muito feliz de ter participado dessa trajetória em um momento da minha formação e de ter contribuído, ainda que por um período, para a construção desse espaço. Tenho muito carinho por essa experiência e pelas pessoas com quem pude aprender e trabalhar. Espero que o Boletim continue se renovando,

BOLETIM IPPUR #100

acompanhando as transformações da comunicação, mas sem perder aquilo que considero sua essência: a capacidade de aproximar pessoas, compartilhar conhecimentos e fortalecer o diálogo entre a universidade e a sociedade.

BOLETIM IPPUR #100

IPPUR/UFRJ: 55 anos de pensamento crítico e compromisso social

Luis Régis Coli
Professor e Diretor do IPPUR
luisregis@ippur.ufrj.br



Ao pensar no IPPUR, quando olhamos para trás, não vemos apenas uma sequência de datas, documentos e decisões administrativas. Vemos uma ideia que foi tomando forma, ganhando gente, atravessando conjunturas difíceis e se reinventando sem perder o fio de sua vocação pública. Os 55 anos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ são, antes de tudo, a celebração de uma comunidade acadêmica que escolheu pensar o Brasil a partir de suas cidades, regiões, de seus territórios e de suas desigualdades. E que nunca deixou de fazer disso um compromisso com a produção de conhecimento socialmente comprometido.

O IPPUR contou, nessa história, com o esforço coletivo de muitos estudantes, professores e técnicos. É um espaço construído cotidianamente por pessoas que acreditam que a universidade pública deve produzir conhecimento crítico, formar quadros qualificados e dialogar com a sociedade. É esse ânimo que nos traz até aqui e que nos permite olhar para o futuro com esperança e responsabilidade.

BOLETIM IPPUR #100

Pioneirismo e resistência

O Instituto nasce de uma iniciativa ousada feita no início da década de 1970, auge da ditadura militar. Em 1971, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, então vinculado à Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia, a COPPE. Naquele momento, o planejamento urbano e regional avançava como campo de conhecimento, e a UFRJ dava um passo pioneiro ao instituir um dos primeiros programas de pós-graduação dessa área no Brasil.

Em 1987, o programa deu origem ao Instituto, e, em 1993, vieram as primeiras vagas de doutorado. Não se tratava apenas de uma expansão administrativa. Era o reconhecimento de que havia uma consistência consolidada, capaz de formar pesquisadores, orientar teses e produzir conhecimento com densidade própria. E, claro, sempre nos orgulha lembrar: o IPPUR atravessou a transição democrática sem se alinhar ao aparato planejador do regime militar. Manteve distância crítica do autoritarismo e construiu uma identidade vinculada à defesa da democracia, da justiça social, da diversidade e da responsabilidade ambiental.

Essa escolha não foi trivial. Em um campo diretamente afetado pelos projetos de modernização conservadora e pelas intervenções autoritárias nas cidades e regiões do país, o Instituto firmou-se como lugar de pensamento independente. Sua história é, portanto, também a história de uma resistência intelectual: a recusa em reduzir o planejamento a instrumento técnico de controle e a insistência em compreendê-lo como prática social, disputa política e construção coletiva de territórios mais justos.

Formar pesquisadores, produzir conhecimento

O Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional é, há décadas, o principal eixo de sustentação acadêmica do Instituto. Sua avaliação com nota 6 pela CAPES expressa não apenas um resultado formal, mas o reconhecimento de um projeto intelectual duradouro, que se atualiza constantemente, sem perder a visão de seu passado. O programa reúne docentes de formações diversas e faz dessa pluralidade fundamento de seu trabalho, pois o urbano e o regional não cabem em uma única disciplina. Exigem leituras cruzadas, confronto de perspectivas e a coragem de formular perguntas que não se esgotam em respostas simples.

A pós-graduação do IPPUR não se limita a formar especialistas. Forma pesquisadores capazes de atuar em instituições públicas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e no debate nacional sobre cidades e territórios. Sua produção acadêmica alimenta políticas públicas, qualifica a gestão e oferece instrumentos para que a sociedade se informe e reflita sobre as transformações urbanas e regionais em curso.

BOLETIM IPPUR #100

A vocação formativa do Instituto se expressa também em seus cursos de especialização, que traduzem, em recortes temáticos específicos, a amplitude de seu campo de atuação. São eles: Política e Planejamento Urbano; Gestão Pública; Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo; e Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais. Esses cursos atendem profissionais de distintas formações e trajetórias, oferecendo instrumental teórico e prático para compreender e intervir em políticas públicas, planejamento territorial e gestão de organizações públicas e do terceiro setor.

Já a Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, o GPDES, representa um capítulo especial nessa história. Fruto de uma cooperação com outras unidades da UFRJ, o curso foi acolhido plenamente pelo IPPUR em 2015, depois de um processo de construção coletiva iniciado em 2010. O GPDES forma profissionais preparados para conceber, elaborar, implementar, gerenciar, monitorar e avaliar políticas, planos, programas e projetos em órgãos governamentais e não governamentais. É uma graduação que dialoga diretamente com a missão pública do Instituto e que abre caminhos para centenas de jovens interessados no campo da gestão pública. E esperamos, em breve, continuar essa trajetória com a possível aprovação de nossa APCN para criação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Desenvolvimento e Territórios (PPG-GPDesT), a partir da oferta do curso de Mestrado Acadêmico em Gestão Pública, Desenvolvimento e Territórios, apresentada aos conselhos superiores da UFRJ ao longo do segundo semestre de 2026.

Uma história de resiliência

Em outubro deste ano, também lembramos dos dez anos da ocorrência do incêndio que atingiu o edifício Jorge Machado Moreira, antigo Prédio da Reitoria, e que comprometeu gravemente as instalações do IPPUR. Há apenas três anos iniciamos nosso retorno ao quinto andar do edifício, que avançou significativamente na reorganização de seus ambientes e infraestruturas, mas que ainda carece de um espaço para o GPDES, algo que esperamos mudar em breve.

A esse episódio somam-se os efeitos prolongados do subfinanciamento das universidades públicas, com cortes que atingem laboratórios, bibliotecas, equipamentos, bolsas, condições de trabalho e a capacidade de planejar o futuro. Nos últimos anos, técnicos, docentes e estudantes do IPPUR participaram de greves e mobilizações em defesa da recomposição orçamentária e da valorização das carreiras, denunciando a precariedade e a sobrecarga que recaem especialmente sobre os setores mais vulnerabilizados da universidade.

Essas dificuldades não podem ser tratadas como fatalidade. São resultado de escolhas políticas e de um modelo de financiamento que penaliza a educação pública, a ciência e a

cultura. Reconhecê-las é parte de uma celebração madura, que não confunde memória com saudosismo nem resiliência com conformismo.

O horizonte que se abre

Apesar de tudo, chegamos aos 55 anos com perspectivas renovadas. Enxergamos o futuro do IPPUR em nossas muitas iniciativas, na renovação do corpo docente, na consolidação das políticas de ação afirmativa, no fortalecimento da extensão universitária e na capacidade de enfrentar os grandes temas do nosso tempo: dentre eles a crise climática, as desigualdades socioespaciais, a financeirização das cidades, a inteligência artificial, a precarização do trabalho e o governo democrático dos territórios.

Celebrar 55 anos é, portanto, um exercício de memória e de reinvenção. É reconhecer a luta de quem veio antes e assumir o compromisso de manter o Instituto como espaço público, plural, crítico e comprometido com a construção de cidades e regiões mais justas. A estudantes, professores e técnicos que fazem o IPPUR acontecer todos os dias: que sigamos juntos, com a serenidade de quem conhece sua história e a ousadia de quem cria o futuro.

Que venham os próximos anos. O IPPUR, aos 55, segue em movimento.

Saudações ippurianas.

BOLETIM IPPUR #100

Os 25 anos do Estatuto da Cidade: que balanço pode ser feito?

Os professores do IPPUR, Alex Ferreira Magalhães e Fabrício Leal de Oliveira, compartilham suas análises e perspectivas sobre o marco legal da gestão urbana no Brasil.

Mariana Guimarães de Carvalho
graduanda na FAU UFRJ e extensionista da Agência IPPUR



Rocinha e São Conrado, Rio de Janeiro. fonte: Creative Commons, Licença Creative Commons Attribution 2.0 Generic

Em 2026, O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) completa 25 anos de publicação, diante de expectativas, conquistas e frustrações na trajetória rumo a cidades mais justas. O Estatuto regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal (1988), estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana e dispondo os instrumentos urbanísticos pelos municípios, que ficam responsabilizados pela gestão das cidades (art. 182), tendo por objetivo "o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes" (Brasil, 1988).

Assim, as diretrizes da lei buscam estabelecer normas para a regulação do uso da propriedade urbana em prol do coletivo e do equilíbrio ambiental (Brasil, 2001). O histórico de sua tramitação tem raízes nas mobilizações populares pela Reforma Urbana que

antecederam a ditadura empresarial-militar, cujos ideais foram resgatados no processo de redemocratização e norteiam os marcos legais na reestruturação da política urbana na Nova República (Andrade, 2011). Apesar dos esforços pelas reformas de base no início da Nova República, o período que se seguiu enfraqueceu o movimento e prejudicou a concretização das reformas estruturantes (Santos Junior, 1995 apud Andrade, 2011), dando espaço ao aprofundamento das tendências neoliberais e de captura dos instrumentos de gestão do espaço pelo mercado.

Duas décadas e meia depois, que balanço pode ser feito dos impactos do Estatuto da Cidade sobre a regulamentação da cidade e do controle sobre o uso social da propriedade urbana? Como interpretamos, a partir da realidade atual, as expectativas sobre as possibilidades de gestão urbana democrática e participativa e que caminhos podemos traçar na direção de cidades mais justas? Os professores do IPPUR, Alex Ferreira Magalhães, coordenador do Laboratório de Estudos das Transformações do Direito (LEDUB), e Fabrício Leal de Oliveira, pesquisador do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), teceram reflexões críticas sobre o contexto, que trazemos nos textos a seguir:

Os 25 anos do Estatuto da Cidade: que balanço pode ser feito? por Alex Ferreira Magalhães

Muito se tem falado nas “promessas do Estatuto da Cidade”, contudo nenhuma lei é sujeito social, logo, não pode prometer coisa alguma. A interpelação deve ser dirigida, antes, aos operadores do Estatuto, isto é, aos agentes que teriam o encargo de aplicá-lo, fiscalizá-lo e/ou considerá-lo em suas decisões. Por exemplo: que jurisprudência os órgãos do poder judiciário ajudaram a construir a respeito das disposições desta lei? Que políticas, programas e projetos foram desenhados pelos gestores públicos, baseados nas disposições do Estatuto? Que iniciativas as Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas estaduais e Congresso Nacional adotaram no sentido de favorecer a sua aplicação? As mesmas questões podem ser direcionadas a outros órgãos de Estado e da sociedade.

Avalio como bastante errático o processo de apropriação social dessa lei pelos órgãos e agentes do Estado, do mercado e da sociedade brasileiras. Têm sido muito aventadas as hipóteses do desconhecimento da lei, de sua incompreensão e do despreparo técnico de quadros sociais para aplicá-la. Sem descartar totalmente essas hipóteses, eu proponho a hipótese da recusa, isto é, da resistência político-ideológica à sua aplicação de modo sistemático, sobretudo aquela feita de modo tácito. Me parece um tanto ingênua a suposição de que os agentes sociais se alinhariam automaticamente aos comandos legais, ignorando a dialética sociopolítica envolvida na aplicação de qualquer lei. A aceitação

BOLETIM IPPUR #100

retórica de diploma normativo não significa que exista a intenção real de materializá-la, e isso é algo a ser considerado nas análises e avaliações.

A estrutura normativa do Estatuto da Cidade baseia-se num esquema de diretrizes e instrumentos, no qual aquelas balizariam a aplicação destes e a sua respectiva produção normativa. Avalio que esse esquema falhou, em grande medida, de modo que são abundantes os casos de ampla dissociação das pautas jurídico-políticas colocadas pelas diretrizes e as experiências de intervenções urbanas que se apropriaram dos instrumentos previstos no Estatuto. Contudo, considero importante observarmos que, ao lado dos muitos episódios de frustração de expectativas, colecionamos também alguns exemplos importantes de um relativo êxito nesse sistema de controle da aplicação dos instrumentos via diretrizes. Seria o caso da derrubada de algumas leis de puxadinhos; do reconhecimento da constitucionalidade da CUEM[1], rompendo com a barreira da impossibilidade de constituição de direitos fundiários sobre bens públicos e em favor de populações de baixa renda; da implantação da OODC[2] em alguns municípios, vencendo a ideia de que os direitos construtivos seriam inerentes à propriedade da terra; da exigência de elaboração e de participação popular efetiva na elaboração dos Planos Diretores (vencedora em alguns casos, não em todos); e da atual lei de Reurb (Lei nº 13.465/2017), ora em apreciação de sua constitucionalidade pelo STF.

Talvez o maior "caso de sucesso" de aplicação do Estatuto resida na experiência das ZEIS[3], que se disseminaram nacionalmente e, do ponto de vista quantitativo, é o instrumento urbanístico mais aplicado de todos na experiência nacional dos últimos 25 anos. Elas têm sido bastante apropriadas na máquina pública e pela sociedade, sendo pauta de movimentos sociais reivindicatórios de sua criação, que intervieram na elaboração de Planos Diretores a partir dessa pauta. Vejo nesse instrumento um considerável potencial de revisão da lógica do zoneamento, o principal instrumento de regulação urbana tradicionalmente utilizado no Brasil, sendo capaz de engendrar uma dinâmica de zoneamento inclusivo, um importante conceito, debatido mundialmente. Dado que o zoneamento é um instrumento onipresente nos municípios brasileiros (ao lado de outros, como parcelamento, códigos de obras e códigos de posturas), uma guinada de sentido na concepção e operacionalização desse instrumento, em favor do acesso à terra urbana e à cidade, poderia começar a surtir os efeitos desejados desde o surgimento de movimentos populares de reforma urbana no Brasil, na década de 1960. Ou seja, olhar mais atentamente para instrumentos como este, que já se encontram em ampla operação, pode ser um possível caminho no futuro próximo, tanto para a pesquisa como para a ação política.

[1] Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia - previsto pela Medida Provisória n° 2.220/2001 para regularização fundiária das terras públicas ocupadas informalmente por população de baixa renda.
[2] Outorga Onerosa do Direito de Construir
[3] Zonas de Especial Interesse Social

Considero este apenas um dos exemplos de que há algo relevante em movimento e em funcionamento na política urbana, no suposto vácuo de experiências que possam servir de base para processos transformadores das cidades brasileiras, em direção às cidades justas, democráticas e sustentáveis que tanto almejamos. Em suma, é o Estatuto que frustrou nossas expectativas ou nós (do campo da reforma urbana) que as calibramos mal desde o princípio?

25 anos do Estatuto da Cidade, por Fabrício Leal de Oliveira

Desde que foi aprovado, em 2001, o Estatuto da Cidade tem gerado expectativas e esperanças de construção de uma cidade mais justa. A lei federal recuperava princípios que desafiavam as cartilhas que, naquela época, disseminavam a competição entre cidades e o empreendedorismo urbano como referência para o planejamento municipal.

Em 2011, aos 10 anos do Estatuto, contudo, a avaliação crítica de uma grande pesquisa nacional já apontava que, apesar do potencial da lei federal, os planos diretores que a regulamentavam a nível municipal, com poucas exceções, mantinham ou mesmo ampliavam os vetores de segregação social e de distribuição desigual dos bônus e ônus da urbanização que, ao longo da nossa história, têm resultado das iniciativas de planejamento no Brasil.

Hoje, 25 anos após o Estatuto, o contexto é outro, mas o saldo das políticas urbanas implementadas na esteira do Estatuto da Cidade, especialmente os planos diretores, continua não sendo promissor.

Ao invés da promoção da função social da propriedade e da cidade, da democratização do acesso à moradia e da captura e redistribuição da valorização fundiária, temos, quase sempre, a disseminação das vendas de exceções à legislação urbanística e a implementação de parcerias público-privadas em grandes projetos concentradores de renda e de recursos públicos.

Raramente os princípios e diretrizes do Estatuto se refletiram nos zoneamentos, nos instrumentos de política fundiária ou na definição de medidas voltadas para promover a democratização do acesso à terra urbanizada e bem localizada. O PEUC[4] e o IPTU progressivo no tempo foram geralmente mal regulamentados (quando o foram) e a noção de solo criado foi, ainda na gestação do Estatuto, contaminada pela experiência da operação interligada, gerando uma outorga onerosa do direito de construir que raramente garante uma aplicação redistributiva das contrapartidas arrecadadas.

[4] Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios

Aqui no Rio – e também em outras grandes cidades - o saldo mais visível do Estatuto são as operações urbanas consorciadas, as concessões urbanísticas, as operações interligadas e outras formas de articulação de recursos públicos com projetos privados.

Após 25 anos de Estatuto da Cidade, são poucos os casos de instrumentos urbanísticos utilizados para promover a ocupação de áreas centrais com boas condições de moradia por população de baixa renda. Na verdade, os casos pontuais de práticas de gestão e planejamento pós-Estatuto que merecem ser comemorados parecem submergir em um oceano de concessão de novas vantagens urbanísticas para empreendimentos privados que aumentam a desigualdade nas cidades.

Evidentemente, não vamos parar de disputar os planos e as leis urbanísticas e é importante reconhecer os avanços e as lutas em determinados municípios brasileiros. Mas, se priorizarmos a disputa institucional, já estamos derrotados.

É hora de enfatizar outros caminhos – muitos já estão nesse curso - que, a partir das nossas pesquisas, atividades de extensão e assessoria, se aproximem dos movimentos em luta pela apropriação social e transformação da cidade, pela construção do comum, enfim, movimentos e articulações sociais que estão em toda parte.

BOLETIM IPPUR #100

31ª Semana IPPUR: a universidade como construção coletiva

Mariana Bonadio
Professora do IPPUR e coordenadora da comissão de organização da Semana IPPUR 2026



Mesa redonda 1: Crise ambiental e subordinação territorial aos interesses financeiros, na manhã do segundo dia de evento. fonte: Agência IPPUR

Realizada entre os dias 19 e 24 de outubro de 2026, a 31ª edição da Semana IPPUR constitui um dos principais momentos do calendário acadêmico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Escrever sobre sua realização coincide, neste ano, com a publicação da 100ª edição do Boletim do IPPUR, marco que convida a refletir sobre a trajetória e a importância desses dois espaços em nossa vida institucional. Embora assumam formatos e temporalidades distintas, ambos se constituem como lugares de encontro e circulação de ideias, nos quais a produção e a partilha do conhecimento se articulam à construção de horizontes coletivos.

Mais do que espaços de divulgação da produção acadêmica, a Semana e o Boletim expressam uma concepção de universidade que reconhece a pesquisa, a interdisciplinaridade, a atuação política e a extensão como dimensões indissociáveis da formação e da produção do conhecimento. São também espaços de abertura ao pensamento crítico, à pluralidade de perspectivas e à aproximação entre universidade e sociedade. Em uma conjuntura marcada por desafios cada vez mais complexos para a universidade pública, reafirmar essa vocação significa reconhecer que o conhecimento ganha sentido em sua

BOLETIM IPPUR #100

capacidade de inquietar, provocar debates e contribuir para a transformação da realidade social através de processos contínuos de construção coletiva.

A realização de cada edição da Semana IPPUR começa muito antes de sua abertura. Meses de trabalho mobilizam docentes, técnicas e técnicos do Instituto, estudantes de graduação e pós-graduação em torno de uma tarefa que, embora envolva planejamento, articulação e organização, não se reduz à preparação de um evento. Há nesse processo uma dimensão formativa, feita de comprometimento, negociação de perspectivas e construção de formas compartilhadas de trabalho. Nesta edição, essa dimensão ganhou contornos ainda mais evidentes diante das dificuldades orçamentárias enfrentadas. Docentes e laboratórios disponibilizaram recursos de seus próprios projetos de pesquisa para contribuir com os custos da organização, tornando possível realizar, mais uma vez, uma programação gratuita. A mobilização da comunidade acadêmica, marcada pela solidariedade e pela disposição em assumir coletivamente os desafios, não representa apenas uma resposta circunstancial à escassez de recursos. Ela revela o quanto a Semana é reconhecida como parte da vida do Instituto e como sua realização depende, também, de nossa responsabilidade compartilhada de sustentar os espaços que dão forma à instituição.

A 31ª Semana IPPUR se realizou em uma conjuntura política particularmente desafiadora. Desde a elaboração do cronograma, previa-se que o evento coincidiria com um período eleitoral sensível, às vésperas do segundo turno das eleições gerais de 2026. A intensidade e os desdobramentos dos acontecimentos que marcaram o mês de outubro, contudo, ultrapassaram o que se poderia antecipar para o período. Mas essa experiência nos lembra que a universidade é parte dos processos políticos e sociais de seu tempo, tanto pelas questões que investiga quanto pelos debates que acolhe e pelas possibilidades de reflexão e intervenção que ajuda a construir. Em um período de interrogações sobre os rumos da democracia brasileira, a realização da Semana sob o tema “Ativismos, planejamento e gestão pública: disputas e caminhos possíveis no Sul Global” reafirmou a importância de manter abertos os espaços de produção, circulação e confronto de ideias.

Afinal, pensar o presente é também refletir sobre os sentidos do futuro que queremos construir e, sobretudo, sobre com quem e a partir de quais experiências pretendemos construí-lo. Ao colocar em evidência os movimentos sociais, as experiências de resistência e as diferentes formas de organização coletiva, a proposta buscou reconhecer que a imaginação propositiva de outros futuros passa fundamentalmente pelas práticas, pelos conhecimentos e pelas formas de ação política que emergem dos territórios e da vida coletiva. Uma perspectiva que expressa o compromisso histórico do IPPUR e nossa compreensão do papel da universidade pública: contribuir com projetos societários plurais, mais justos, inclusivos e ambientalmente responsáveis, em diálogo com as múltiplas forças sociais que imaginam e constroem outras possibilidades de existência.

A programação buscou aproximar experiências acadêmicas, institucionais e territoriais, criando espaços de diálogo entre a universidade, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. A mesa “Crise ambiental e subordinação territorial aos interesses financeiros” reuniu os docentes Deborah Werner e Edwin Muñoz Gaviria com João Batista dos Santos, do Movimento dos Atingidos por Renováveis (MAR), e Charles Trocate, do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Em “Cultura política, tecnologia e poder: enfrentamentos para um planejamento socioambientalmente referenciado”, a docente Lalita Kraus dialogou com Polinho Mota, do Data Labe, e Lucas Alencar, do Núcleo de Tecnologia do MTST. Já a mesa “O planejamento urbano e regional e a construção do Brasil no século XXI” aproximou as contribuições docentes de Giselle Megumi Tanaka e Carlos Brandão às experiências de José Ricardo Vargas de Faria, enquanto presidente da ANPUR, e Luciana Leite Lima, atual diretora-presidente da ANEPECP, em torno do papel da universidade, do financiamento público à pesquisa e da produção do conhecimento na construção de respostas às desigualdades.

A conferência de abertura foi conduzida pelos professores eméritos do Instituto, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Carlos Bernardo Vainer, enquanto a conferência de encerramento teve como convidado Raul Zibechi, cuja trajetória intelectual e política se caracteriza pela interlocução com movimentos sociais latino-americanos. Ao encerrar a programação, sua participação retomou a questão central desta edição da Semana: reconhecer os territórios e os sujeitos coletivos não apenas como objetos do planejamento e da gestão pública, mas como produtores de conhecimento, ação política e alternativas de futuro, construídas a partir de experiências concretas de luta.



Conferência de abertura com os professores Luís Régis Coli, Carlos Bernardo Vainer e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (da esquerda para a direita) e conferência de encerramento com o professor Raul Zibechi.
fonte: Agência IPPUR

Ao longo dos seis dias de programação, a 31ª Semana IPPUR reuniu 220 participações ativas, entre autorias de trabalhos e palestrantes, além de 182 inscrições de ouvintes, nas 15

BOLETIM IPPUR #100

Sessões Temáticas e 14 Sessões Livres. A programação contou ainda com uma Sessão Especial: 25 anos do Estatuto da Cidade: balanço, desafios e perspectivas futuras, três exposições fotográficas e 35 autorias de pôsteres. Entre as novidades desta edição, destaca-se a realização, pela primeira vez na história do evento, das propostas de trabalhos de campo, realizadas no sábado ao final do evento. A iniciativa recebeu 114 inscrições para as três visitas oferecidas: “Restinga de Maricá e a gente das areias sob ameaça”; “Território, planejamento e luta quilombola em Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis”; e “Circuito Pequena África: uma imersão na história e territorialidade afrocarioca pela Zona Portuária”. A abertura dessa modalidade de participação foi especialmente valorizada por discentes da graduação GPDES. Ao aproximar a comunidade acadêmica de territórios, comunidades, organizações e experiências concretas de mobilização e luta, as visitas ampliaram as possibilidades de interlocução com realidades e práticas que integram o cotidiano de atuação dos laboratórios e grupos de pesquisa do IPPUR.

Como relatou o discente Ramon Machado Meireles, a participação na Semana foi importante e enriquecedora também pelas trocas com docentes, pesquisadoras e pesquisadores e estudantes da pós-graduação, que despertaram maior interesse pela pesquisa acadêmica e possibilitaram a construção de novas perspectivas sobre os temas debatidos. Os relatos discentes nos ajudam a compreender por que a Semana IPPUR não se esgota na apresentação de trabalhos acadêmicos ou na obtenção de certificados. Sua dimensão formativa se constrói na circulação dos potenciais da pesquisa e extensão, no encontro entre diferentes trajetórias, na possibilidade de estabelecer interlocuções e na elaboração coletiva de reflexões sobre os desafios contemporâneos. É um espaço de formação acadêmica e política cujo alcance ultrapassa os dias de programação e se prolonga na vida cotidiana da universidade.



Comissão organizadora na Sessão de Encerramento, no quinto dia de evento
fonte: Agência IPPUR

A Semana, assim como o Boletim, expressam nosso desejo e compromisso com uma universidade pública viva, plural e aberta à construção coletiva. Sua defesa passa pelo

envolvimento da comunidade acadêmica em criar, ocupar e manter vivos os espaços da universidade, mas também pela luta para garantir as condições materiais e institucionais necessárias à sua existência e continuidade. Isso significa continuarmos reivindicando orçamento adequado, condições dignas de trabalho para docentes, técnicas e técnicos e pessoas trabalhadoras terceirizadas, políticas de permanência estudantil e ações afirmativas comprometidas com a redistribuição, o reconhecimento e a diversidade. Afinal, não basta afirmar a importância da universidade pública: é preciso garantir as condições para que ela cumpra sua vocação social.

Neste meu primeiro ano de atuação como docente do IPPUR, mas também como alguém que construiu parte de sua trajetória no Instituto, foi especialmente gratificante participar da organização da Semana ao lado de colegas cujo compromisso e trabalho admiro profundamente. Em nome da Comissão Organizadora, agradeço a todas as pessoas que contribuíram para sua realização e àquelas que participaram e seguem dando vida aos espaços da universidade. É uma alegria fazer parte dessa história e contribuir, junto a tantas pessoas, para que ela continue sendo construída coletivamente!

BOLETIM IPPUR #100

IPPUR apresenta 50 trabalhos e recebe 19 menções honrosas na SIAC 2026

Pesquisas sobre desigualdades urbanas, conflitos territoriais, políticas públicas e experiências de extensão marcaram a participação do Instituto na 15ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ. Confira os trabalhos reconhecidos com menção honrosa

Fernanda Jahn Verri
Professora, IPPUR/UFRJ

Luana Adriano Araújo
Professora, IPPUR/UFRJ



Registros de Sessões do IPPUR na 15ª SIAC. Fonte: Agência IPPUR

Entre os dias 5 e 7 de outubro, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) recebeu estudantes, professores e pesquisadores para a apresentação de 50 trabalhos na 15ª Semana de Integração Acadêmica (SIAC) da UFRJ. Distribuídas em dez sessões, as apresentações trouxeram investigações e experiências de extensão e monitoria que ajudam a compreender diferentes aspectos da realidade brasileira, das disputas em torno do território e das condições de vida nas cidades às atuais transformações econômicas, ambientais e políticas. A programação do IPPUR integrou a SIAC 2026, realizada de 5 a 9 de

outubro em diferentes campi da Universidade, com mais de 7 mil apresentações de trabalhos de ensino, pesquisa e extensão.

A diversidade dos trabalhos apresentados pode ser percebida tanto nos temas quanto nas abordagens adotadas. Algumas pesquisas se debruçaram sobre as condições de vida nas cidades e às formas de organização de seus moradores, discutindo, por exemplo, o saneamento básico em áreas precárias da Serra da Misericórdia, a memória e a organização comunitária na elaboração de planos populares e a atuação de redes da sociedade civil diante das tragédias ambientais em Petrópolis. Outras apresentações abordaram a produção das desigualdades raciais no espaço urbano, desde os padrões de deslocamento entre bairros negros e brancos até as experiências culturais e de produção de memória na cidade. Entre elas, estavam os trabalhos sobre a construção de um repositório de mapas sobre a distribuição racial da população, participação social na Maré e distribuição e segregação racial nas cidades brasileiras.

As relações entre território, desenvolvimento econômico e meio ambiente também estiveram presentes no evento. Foram discutidos os efeitos dos royalties do petróleo sobre o desenvolvimento dos municípios fluminenses, a exploração de minerais estratégicos em Minas Gerais, as contradições da transição energética e os riscos associados à atividade industrial e mineradora, incluindo o caso Braskem, em Maceió. A programação abriu espaço, ainda, para experiências que aproximam a produção acadêmica das práticas de organização e participação social, contando com projetos de extensão voltados ao fortalecimento de organizações da sociedade civil, à preservação da memória da Maré e à produção cidadã de dados mostraram diferentes possibilidades de articulação entre universidade, territórios e iniciativas populares.

A coordenação das sessões do IPPUR ficou a cargo das professoras Fernanda Verri, Luana Araújo, Mariana Bonadio e Mariana Mazzini, que integraram a comissão organizadora do Instituto na SIAC 2026.

Dezenove trabalhos recebem menção honrosa

Cabe enfatizar que a participação do IPPUR foi marcada também pelo reconhecimento de 19 trabalhos com menção honrosa. Entre os trabalhos reconhecidos estão pesquisas sobre o direito à cidade e o planejamento comunitário quilombola em Santa Rita do Bracuí, o desenvolvimento regional associado à exploração de minerais estratégicos, as desigualdades nos gastos com saúde das famílias brasileiras, a participação social nas políticas públicas e as iniciativas de produção de dados por moradores da Maré. Também receberam menção honrosa trabalhos sobre os espaços de expressão cultural negra em Madureira, a produção cartográfica da Pequena África e os desafios da gestão pública diante de riscos e desastres ambientais, entre outros destacados na lista abaixo.

BOLETIM IPPUR #100

Por fim, a Agência IPPUR, responsável pela produção deste boletim, teve dois trabalhos reconhecidos com menção honrosa: “Agência IPPUR: Mobilização digital e social” e “Comunicação e divulgação científica na Agência IPPUR”, ambos orientados pelas professoras Claudia Paiva Carvalho e Mariana Lüscher Albinati. As duas apresentações colocaram em discussão o próprio trabalho de comunicação realizado no Instituto, suas formas de mobilização e as possibilidades de tornar a produção acadêmica mais acessível a diferentes públicos. O reconhecimento é, especialmente, significativo para a equipe da Agência IPPUR, que desenvolve iniciativas de divulgação científica e comunicação institucional, entre elas o Boletim IPPUR.

Confira os 19 trabalhos que receberam menção honrosa, seus autores e orientadores:

Desigualdades, direitos e condições de vida

- “Saneamento básico em áreas precárias do Rio de Janeiro: o caso da Serra da Misericórdia” (4852). Orientação: Mauro Kleiman.
- “Autismo e ação governamental: políticas públicas, participação social e acesso a direitos” (5119). Orientação: Luana Adriano Araújo.
- “Gastos com saúde das famílias brasileiras residentes nas regiões metropolitanas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares – 2017/2018” (1028). Orientação: Marcelo Gomes Ribeiro.
- “A construção tardia da educação pública no Brasil: uma análise dos discursos parlamentares na Primeira República (1889–1899)” (1416). Orientação: Marcelo Gomes Ribeiro.
- “Distribuição e segregação racial nas cidades brasileiras: a metodologia de análise para entender a segregação racial” (3042). Orientação: Renato Emerson Nascimento dos Santos.

Territórios populares, memória e participação social

- “Projeto Direito das Favelas: considerações finais acerca da pesquisa empírica empregada nos territórios do Vidigal e Cachoeirinha no Rio de Janeiro” (6951). Orientação: Alex Ferreira Magalhães.
- “Geração Cidadã de Dados e políticas públicas: um olhar a partir do ativismo na Maré” (3329). Orientação: Lalita Kraus.
- “Espaços insurgentes de expressão cultural negra: reflexões a partir do Baile Charme do Viaduto de Madureira” (6368). Orientação: Mariana Lüscher Albinati.
- “Pequena África: memórias negras e a produção cartográfica” (6670). Orientação: Renato Emerson Nascimento dos Santos.
- “O direito à cidade em Santa Rita do Bracuí: planejamento comunitário em disputa” (471). Orientação: Renato Emerson Nascimento dos Santos.

BOLETIM IPPUR #100

Riscos ambientais e ação coletiva

- “Da emergência dos alertas à visibilização midiática dos riscos da mineração: caso Braskem-Maceió” (2225). Orientação: Edwin Alberto Muñoz Gaviria.
- “Redes de ação pública em Petrópolis-RJ: a atuação civil diante de tragédias ambientais” (7073). Orientação: Gustavo Costa.

Comunicação e divulgação científica — Agência IPPUR

- “Agência IPPUR: Mobilização digital e social” (4568). Orientação: Claudia Paiva Carvalho e Mariana Lüscher Albinati.
- “Comunicação e divulgação científica na Agência IPPUR” (4930). Orientação: Claudia Paiva Carvalho e Mariana Lüscher Albinati.

Ao longo dos três dias de atividades, as sessões permitiram conhecer pesquisas em diferentes estágios de desenvolvimento, compartilhar experiências e discutir questões que atravessam a formação e a atuação de estudantes e pesquisadores do Instituto. Mais do que apresentar ou discutir resultados, a SIAC ofereceu uma oportunidade para colocar esses trabalhos em debate, receber contribuições e conhecer o que vem sendo produzido em diferentes projetos e grupos de pesquisa e extensão do IPPUR. Parabéns a todos que participaram do evento!

Mais informações sobre a 15ª Semana de Integração Acadêmica estão disponíveis em https://siac.ufrj.br/.

BOLETIM IPPUR #100

Luiz César de Queiroz Ribeiro, docente do IPPUR, recebe da UFRJ o título de professor emérito

Vivian Casanova
Técnica administrativa em educação IPPUR/UFRJ



foto: Fabio Caffe SGCOM/UFRJ

O IPPUR celebra com orgulho a outorga do título de Professor Emérito da UFRJ ao docente e pesquisador Luiz César de Queiroz Ribeiro, em sessão solene do Conselho Universitário (Consuni), realizada no dia 16 de outubro, no Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (FND) e presidida pelo reitor Roberto Medronho.

Luiz César é parte importante na história do nosso Instituto. Ingressou na UFRJ em 1979 e teve atuação fundamental na reorganização do antigo PPGPUR, durante a transição democrática, liderando a construção coletiva que deu origem à nossa unidade.



foto: Fabio Caffe SGCOM/UFRJ

Ao longo de quase cinco décadas dedicadas ao ensino, à extensão e à pesquisa urbana crítica, o docente conduziu mais de 300 orientações de pós-graduação, além de ter idealizado o INCT Observatório das Metrópoles.

A solenidade contou também com a participação de docentes, técnicos-administrativos em Educação, estudantes e egressos. A mesa de honra foi composta pelo diretor do IPPUR, professor Luis Régis Coli Silva Júnior, ao lado de representantes da reitoria e do CCJE. O professor Marcelo Gomes Ribeiro representou o corpo docente nas saudações ao homenageado, destacando seu rigor e compromisso na formação de pesquisadores.

Em seu discurso, o professor Luiz César agradeceu aos colegas fundadores do Instituto e afirmou que "o mérito acadêmico jamais é individual, ele pertence a um coral".

BOLETIM IPPUR #100

Técnicas em Assuntos Educacionais do IPPUR participam do XII SINTAE UFRJ 2026

Aline Gomes
Técnica em assuntos educacionais



Fonte: Agência IPPUR

As Técnicas em Assuntos Educacionais do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Ana Cristina Araújo, Aline Gomes e Viviane Penso, participaram do XII Seminário de Integração dos Técnicos-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTAE UFRJ 2026).

Realizado entre os dias 19 e 23 de outubro de 2026, o evento contou com atividades presenciais no campus da Ilha do Fundão (Jardim do CCMN, Cidade Universitária, Rio de Janeiro) e transmissões on-line. O seminário tem como objetivo promover a troca de experiências, a integração e a valorização dos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs).



Fonte: Agência IPPUR

BOLETIM IPPUR #100

No dia 21 de outubro, as técnicas Aline Gomes e Viviane Penso apresentaram uma reflexão sobre a ressignificação da atuação dos técnicos-administrativos em educação a partir da experiência de organização da Semana Acadêmica do IPPUR. Na mesma data, Ana Cristina Araújo atuou como mediadora da mesa do Grupo de Trabalho (GT) Experiências dos TAEs em Ensino e Projetos de Ensino.

BOLETIM IPPUR #100

Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro e o Centenário da Democracia Espacial: Recuperando diálogos sobre espaço, poder e ação no Brasil contemporâneo

Ricardo Massao Nakamura Nasser
Professor Universitário, Pesquisador Associado ao Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ (LADIH-UFRJ) e ao INCT/CNPq "Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento Urbano", vinculado ao IPPUR-UFRJ e Coordenador Jurídico no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).
e-mail: ricardonasser@ufrj.br



fonte: o autor

O centenário de nascimento de Milton Santos (1926-2026) não constitui apenas uma ocasião comemorativa dedicada à memória de um dos intelectuais negros essenciais a nosso país, ontem e hoje. Trata-se, sobretudo, de uma oportunidade histórica para reavaliar criticamente os fundamentos do pensamento social brasileiro diante da intensificação das desigualdades urbanas, do avanço dos processos de financeirização do território, da crise societária imposta pela reconfiguração autoritária do poder e da crescente fragmentação da experiência coletiva. Revisitar Milton Santos significa, portanto, confrontar as formas contemporâneas de produção do espaço e seus vínculos estruturais com o poder, a técnica e a política.

Nesse percurso, o fecundo diálogo de Santos com Ana Clara Torres Ribeiro (1943-2011), revela-se particularmente memorável e digno de maior atenção. Professora do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) entre 1987 e 2011 (momento de sua morte), Ana Clara produziu, de modo pioneiro no campo do PUR[5] uma reflexão singular acerca das metrópoles brasileiras, evidenciando as dinâmicas espaciais de crise, exclusão social e resistência popular, centralizando a cartografia da ação como método de descortinamento das contradições e disjunções no contexto democrático brasileiro, estabelecendo uma crítica contundente ao neoliberalismo à brasileira, à tecnocracia e à educação tradicional nos campos do Planejamento Urbano, Sociologia, Direito e Geografia.

Sua obra, profundamente atravessada por preocupações éticas e políticas, dialoga com Milton Santos na compreensão do espaço enquanto instância social ativa, arena de conflitos e fundamento da cidadania. A interlocução travada em vida, entre Ribeiro e Santos – iniciada em 1978, permite pensar o espaço não apenas como suporte físico da vida social, mas como dimensão constitutiva da própria democracia. Em tempos marcados pela ameaça da extrema-direita, da possibilidade de repetição da história enquanto farsa, parafraseando Marx, a mercantilização radical da vida cotidiana, o avanço das racionalidades ultraliberais e a fixação da técnica como instrumento de dominação, a atualidade do diálogo entre ambos os referentes se torna incontornável: Cada qual a seu modo, porém em mesma conjuntura e temporalidade, estabeleceram que a luta pelo direito à cidade torna-se inseparável dos processos de ação coletiva pela humanização do território, construção de uma sociabilidade fundada na dignidade e na presentificação das relações entre tecnoesfera e psicoesfera.

Espaço e poder: a geografia crítica de Milton Santos

A originalidade da obra de Milton Santos reside, em grande parte, em sua capacidade de articular geografia, economia política, filosofia e teoria social em uma interpretação energicamente crítica da modernidade capitalista periférica. Ao romper com concepções naturalizantes do espaço, o autor demonstrou que o território é produzido historicamente por relações de poder, sendo interpelado por interesses econômicos, formas de dominação e disputas políticas que avançam desde a vida cotidiana ao plano global na esteira do par conceitual dos fluxos e fixos.

Para Santos, o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Essa formulação, aparentemente abstrata, possui profundas implicações na práxis do viver. Significa reconhecer que as infraestruturas, as redes técnicas, os equipamentos urbanos e os fluxos econômicos não são, por claro, neutros: expressam implícita ou explicitamente projetos societários específicos. O espaço, portanto, materializa

[5] Planejamento Urbano e Regional

BOLETIM IPPUR #100

relações de força ao ser alçado como categoria-maior, que não se confunde com o território nem pode ser por este resumido, sob pena de leitura simplista e despolitizada, portanto, acrítica.

Ao analisar o avanço do capitalismo globalizado, identificou a constituição de um meio técnico-científico-informacional capaz de reorganizar radicalmente o território. As cidades passaram a ser estruturadas prioritariamente segundo as exigências da circulação do capital financeiro, da logística empresarial e da competitividade global. O resultado desse processo foi a intensificação da segregação socioespacial e a consolidação de uma cidadania profundamente desigual.

Nesse sentido, sua crítica ao fenômeno da globalização permanece extraordinariamente atual. Em Por uma Outra Globalização, Milton Santos denuncia a existência de uma globalização enquanto "fábula", sustentada pelo discurso ideológico do mercado autorregulado e da integração universal. Sob essa aparência, contudo, opera-se uma "globalização perversa", marcada pela dramática concentração de riqueza, destruição de vínculos comunitários e pela ampliação das desigualdades espaciais.

A crítica, não se restringe, entretanto, à denúncia econômica. Sua reflexão é essencialmente histórica, política e ética. O geógrafo compreendia que o controle do espaço constitui uma dimensão central do exercício do poder. Quem controla os fluxos, as infraestruturas e os usos do território controla também as possibilidades de existência coletiva. Por isso, sua defesa de uma cidadania espacializada adquire relevância decisiva. A democracia, para Milton Santos, não pode ser reduzida ao procedimento eleitoral ou às instituições formais que conformam o establishment do Estado liberal. Depende, assim, das condições concretas de acesso à cidade, à mobilidade, à moradia, à informação e aos bens urbanos. Em outras palavras: não há democracia substantiva sem democratização do próprio espaço em que se constitui a vida, a agência e as contradições de classe – hoje informadas pela leitura interseccional, consubstancial ou imbricada que intrincou determinantes como gênero, raça, identidades, sexualidade, território, etnia e deficiências.

Ana Clara Torres Ribeiro e as territorialidades da resistência

É precisamente nesse ponto que a obra de Ana Clara Torres Ribeiro estabelece um diálogo profundo com Milton Santos. Embora proveniente da Sociologia Urbana, com Doutoramento em Ciências Humanas pela USP (1988), Mestrado pelo antigo IUPERJ (1977) e Graduação em Ciências Políticas e Sociais pela PUC-RIO (1967), Ribeiro compartilha da compreensão do espaço como dimensão maior, iluminando-a, para tanto, como categoria estratégica no que diz respeito aos novos formatos e possibilidades de disputas sociais.

Em síntese, sua produção intelectual, desenvolvida no IPPUR-UFRJ desde 1984, foi marcada pela atenção rigorosa às experiências populares invisibilizadas pelos discursos hegemônicos

BOLETIM IPPUR #100

do próprio urbanismo e da administração pública. Em oposição às leituras tecnocráticas da cidade, amplamente rechaçadas por Milton Santos, Ana Clara buscou compreender as formas concretas e simbólicas pelas quais sujeitos periféricos constroem territorialidades, redes de solidariedade e modus de vivência e sobrevivência em contextos de exclusão estrutural.

Ao analisar as metrópoles brasileiras, especialmente o Rio de Janeiro, Ribeiro demonstrou que a urbanização periférica produz não apenas precariedade material, mas também formas específicas de controle social, fragmentação política e desmonte das práticas tradicionais dos movimentos sociais, obrigando que grupos e comunidades transformem seus métodos, formatos de organização, capilarização espacial e resistência. A segregação metropolitana converte-se, assim, em mecanismo de administração das desigualdades. Nesse aspecto, sua interlocução com Milton Santos é novamente evidente. Ambos rejeitam visões dualistas que separam formal e informal, centro e periferia, legalidade e marginalidade, conformismo e ação, estabelecendo complexidades e experiências singulares. O território popular não "entra em cena" apenas como resíduo do atraso e da dependência, mas na posição de espaço de reinvenção, produção de culturas e formação política, para ir além da construção tradicional da teoria dos movimentos sociais por direitos civis, a exemplo do entendimento de Thompson, Tilly, Melucci e até mesmo Machado da Silva.

Assim, tanto no IPPUR quanto na ANPOCS, na CLACSO (Coordenadora do Grupo de Trabalho em Desenvolvimento Urbano entre 2000 e 2009) e na ANPUR (Presidente em 2011), Ribeiro passou a tematizar a importância das práticas cotidianas na constituição do espaço urbano, inspirando novas ondas de ação. Influenciada pelas teorias críticas das Ciências Sociais, percebeu que os sujeitos subalternizados não são apenas vítimas passivas da urbanização capitalista, afinal, mesmo em condições extremamente adversas, produzem sociabilidades alternativas, esquemas de resistência e formas diferenciadas de uso da cidade, que, em diálogo com Milton Santos, devem ser reconhecidas pelo campo do PUR e por toda a comunidade científica engajada na criação de futuros impulsionados por insurgências, juventudes e disruptividade.

Longe do consenso, essa perspectiva possui implicações políticas profundas. Ao legitimar os territórios populares como espaços autênticos de produção de conhecimento e ação política, Ana Clara, apoiada por Santos, questiona frontalmente os paradigmas elitistas do planejamento urbano brasileiro e a constituição do gerencialismo pelo Estado, notadamente a partir da década de 1990. Seu pensamento denuncia a persistente colonialidade globalizante na arte do viver, e a ausência de mecanismos efetivos de participação popular em políticas públicas e práticas de gestão da cidade. A crítica à racionalidade tecnocrática, nesse ínterim, aproxima ainda mais Ribeiro e Santos, que intensificam sua convivência pessoal e convergência intelectual. Ambos descortinam que o planejamento urbano e regional, quando subordinado majoritariamente aos interesses de mercado e às lógicas

BOLETIM IPPUR #100

burocráticas do Estado neoliberal, cerrando os olhos para as reivindicações mais ou menos organizadas, converte-se, inexoravelmente, em instrumento de reprodução e institucionalização das desigualdades. O urbano deixa então de servir à vida coletiva para obedecer aos programas de diferenciação espacial, também identificados como políticas de "requalificação", de modo a conduzir fluxos de circulação de capital entre seletos grupos, sufocando gritos, bem como atos silenciosos, banais, culturais e imagéticos que denunciam a realidade da pobreza, da marginalização e do esquecimento e que, na práxis de Ribeiro, são registradas, esmiuçadas e visibilizadas por meio da metodologia da cartografia da ação – sempre dinâmica e incompleta, nas suas palavras, "fazendo-se através do fazer".

Democracia e território: a cidade como arena política, à guisa de uma conclusão

Mobilizar o encontro entre Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro neste centenário permite que formulemos uma questão central para o Brasil contemporâneo: que modelo de democracia é possível em um território profundamente desigual?

Primeiramente, as assimetrias espaciais não são apenas reflexo das desigualdades sociais; constitui-se, em verdade, sob a forma de mecanismo ativo de reprodução da dominação. A periferização da pobreza trazida pelos processos de gentrificação e especulação imobiliária, a precarização da mobilidade e dos serviços urbanos em geral, a concentração de equipamentos de educação, cultura, esporte e lazer – portanto, de formação humana – em áreas específicas e valorizadas da metrópole, ao passo da militarização dos territórios populares com a multiplicação de modalidades de violência produzem um conjunto de novas fórmulas de exclusão e silenciamento político.

A metrópole brasileira tornou-se, em larga medida, uma máquina de seletividade social: O acesso à infraestrutura, ao saneamento, ao meio-ambiente equilibrado, à segurança e às políticas públicas de efetivação dos direitos humanos condiciona-se ao cruzamento de diversas opressões. Nesse cenário, o espaço urbano converte-se em expressão material do poder. Milton Santos identificou com precisão esse processo ao demonstrar que o território nacional passou a ser utilizado prioritariamente pelos agentes hegemônicos da economia global. As políticas públicas, em vez de reduzirem desigualdades, frequentemente reforçam a lógica corporativa da urbanização. Grandes projetos urbanos, operações imobiliárias e investimentos em infraestrutura tendem, sem grandes pudores, a privilegiar setores econômicos estratégicos em detrimento das necessidades populares. Ana Clara Torres Ribeiro, por sua vez, aprofundou essa perspectiva crítica ao analisar os impactos subjetivos e comunitários da fragmentação metropolitana. Se a segregação territorial sorrateiramente produz isolamento, enfraquecimento dos vínculos coletivos e dificuldades crescentes de construção de agendas progressistas, tem-se como resultado uma democracia formalmente existente, mas socialmente mutilada, e por isso, frágil e suscetível a ataques, como vivenciados na contemporaneidade.

BOLETIM IPPUR #100

Nesse contexto, o direito à cidade emerge como categoria fundamental. Contudo, tanto Milton Santos quanto Ribeiro recusam interpretações superficiais desse conceito, sob pena de instrumentalização. O direito à cidade não significa apenas acesso ao consumo urbano; implica participação efetiva na produção do espaço e na definição dos rumos da vida comunitária. A democratização do território exige, portanto, uma transformação estrutural das relações de poder, envolvendo enfrentamento da financeirização, do espetáculo das vantagens especulatórias e da crise societária por meio da tessitura e legitimação de outras formas de agir, afinal nas margens urbanas desenvolvem-se práticas solidárias, economias populares, movimentos de bairro e formas imanentes de sociabilidade capazes de desafiar a racionalidade dominante, se estabelecendo “de baixo para cima”.

O Centenário de Milton Santos e os desafios do presente

Como visto, celebrar o centenário de Milton Santos convida para outras tarefas que vão além da reverência à sua trajetória intelectual no campo originário da geografia. É tempo de reconhecer a potência de suas categorias e conceitos, a aplicabilidade interdisciplinar e transversal da totalidade de sua obra, reconhecendo a atualidade de seu pensamento crítico, sempre informado pela economia política, pelo desenvolvimento humano, sempre compromissado com as teorias e práxis sociológicas e do direito. Assim, a leitura de Santos cumpre função de iluminar impasses situados na ordem do agora, seja por meio de uma utopia “fincada no chão” ou através do entendimento da globalização “enquanto possibilidade”, para inverter o fluxo de apropriação das técnicas e informações e tornar imanente o processo de construção do conhecimento, ou seja, de baixo para cima. Mais do que nunca, torna-se necessário recuperar a dimensão ética presente em seus escritos. Em tempos marcados pela exacerbação do individualismo e pela fragmentação dos laços sociais, Milton e Ana Clara reafirmaram a centralidade da solidariedade, do comum e da experiência coletiva.

Para conhecer mais sobre o tema através de escritos:

NASSER, Ricardo. Iluminando as tessituras sociais opacas, insurgentes e efêmeras: a episteme de Ana Clara Torres Ribeiro e o hoje. In: EGLER, Tamara; CARDOSO, Reginaldo (org). Cartografias da Ação: o campo de Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 173-190. Disponível em: https://ippur.ufrj.br/biblioteca/publicacoes-ippur/digital-miolo_cartografia-da-acao/

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. Interface. v.4, n.7, 2000, p. 13-24.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Teorias da Ação. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2022.

BOLETIM IPPUR #100

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Sugestões em audiovisual:

LASTRO UFRJ. Ana Clara Torres Ribeiro fala sobre Milton Santos. Rio de Janeiro: Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território, 2024. (7min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iGt-aCPOLeI

RODA VIVA. Roda Viva Retrô | Milton Santos | 1997. São Paulo: TV Cultura, 2015. (82min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xPfkiR34law

___

Milton Santos (1926-2001) é geógrafo, escritor, ensaísta, advogado e professor universitário. Um dos principais intelectuais negros do século XX, articulou de modo interdisciplinar geografia, economia política, desenvolvimento humano, sociologia, estudos urbanos e direito. Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Ana Clara Torres Ribeiro (1943-2011) é socióloga, escritora, articulista e professora universitária. Uma das primeiras docentes do Departamento de Geografia e do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente da ANPUR e da FASE. Fundadora e Coordenadora do LASTRO – Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território, sediado no IPPUR-UFRJ desde 1996.

BOLETIM IPPUR #100

O legado da organização estudantil e o papel do estudante na política

CAGESP 2026

Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (IPPUR/UFRJ)

Recentemente, o Brasil passou por um difícil período eleitoral, onde não só foi eleito um congresso fortemente inclinado à direita, mas também houve uma virada nunca antes vista no segundo turno presidencial. Com um avanço agressivo do conservadorismo no congresso, houve uma reação popular muito forte por todo o país, o que garantiu uma virada histórica a favor do presidente eleito Luíz Inácio Lula da Silva no segundo turno. Não só isso, mas a escala 6x1 também foi abolida no decorrer da onda de manifestações que varreram o Brasil. Tanto nas atuais batalhas quanto nas que foram e que serão, o movimento estudantil esteve e estará sempre na luta pela reivindicação de direitos e proteção da educação pública.

Está claro que o jovem não é apenas um futuro profissional em treinamento, mas um agente político! A grande participação do movimento estudantil não somente nos eventos que acompanharam a disputa no segundo turno das eleições no Brasil, mas em diversas conquistas no decorrer da história do nosso país, comprovam este legado. A expansão do acesso ao ensino superior, a reivindicação de uma educação pública de qualidade, a resistência à ditadura, a constituinte de ‘88, as bases da criação da Petrobrás e o direito de organização política são conquistas das gerações anteriores de estudantes, desfrutadas pelos jovens de hoje. Mas quais as lutas da nossa geração?

O movimento estudantil segue combativo na defesa da justiça social: apoia o movimento “Vida Além do Trabalho” (que recentemente culminou na abolição da escala 6x1), o movimento “Tarifa Zero”, a luta pela implementação das cotas trans, contra o arcabouço fiscal e finalmente participou ativamente da campanha petista no segundo turno.

O Centro Acadêmico de Gestão Pública (CAGESP) e a Atlética de Gestão Pública mobilizaram os estudantes do curso e se organizaram para participar ativamente das manifestações pela democracia, contra a escala 6x1 e contra os cortes das bolsas, junto com outras esferas do movimento estudantil.

Nossa vitória no segundo turno não foi uma vitória do PT em si, mas da nossa democracia! É notável o impacto que esta virada histórica teve ao redor do mundo, o estopim de uma onda de protestos ao redor do globo em que o “L” era ressignificado nas mobilizações como símbolo de esperança e mudança. Greves e protestos se seguiram pela américa do sul (Equador, Bolívia, Argentina, Paraguai, Chile), E.U.A e Europa (França, Romênia e Polônia),

sendo possível identificar não só a compatibilidade ideológica dos protestos e de determinados símbolos, mas também a presença do movimento estudantil em todos os casos. Os movimentos estudantis ao redor do globo têm quase como regra em suas demandas a oposição à austeridade fiscal e aos cortes de gastos na educação pública.

Além disso, o papel do movimento estudantil vai além da militância: a Lei Federal nº 7.395, de 31 de outubro de 1985 regula os CA's (Centros Acadêmicos) e os equipa com natureza jurídica, estatuto próprio e capacidade de organização estudantil. O CAGESP (Centro Acadêmico de Gestão Pública), por exemplo, não só esteve lado a lado dos estudantes nas manifestações anteriores ao segundo turno, mas também no dia a dia dos estudantes do curso de GPDES (Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social). Ao servir de apoio e suporte aos estudantes do curso, defendendo seus interesses nas esferas deliberativas e criando um espaço de conhecimento mais inclusivo e acolhedor, o CAGESP vai além do dever representativo e cria uma rede de apoio dedicada a superar as dificuldades dos colegas em uma luta que é diária. A atual presidente do CAGESP até fez uma aparição nas redes sociais estrangeiras ao lutar pela democracia nos protestos que se seguiram posteriores ao resultado do primeiro turno.

Concluindo, atualmente o movimento estudantil segue na luta por direitos e conquistas sociais e, mesmo que divergências venham a surgir internamente, a defesa da democracia será sempre a base primordial da nossa luta! O CAGESP procura não só defender nossa democracia, mas garantir que a organização estudantil contribua para democratizar o acesso ao ensino superior, através de luta política e da assistência aos estudantes, pois todos sabemos que apesar do ensino ser gratuito, ainda é um grande desafio superar os obstáculos existentes em nossa sociedade.

Nas ruas, nas praças e por todo o Brasil

sempre estará presente o movimento estudantil!

BOLETIM IPPUR #100

Professor Henri Acselrad analisa politicamente a crise ambiental em entrevista à Revista Agenda Política



Entrevista

Entrevista com Henri Acselrad – Do Antropoceno à justiça climática: por uma leitura política da crise ambiental

DOI: https://doi.org/10.14244/agenda.2025.3.13

Em entrevista concedida à revista Agenda Política (v. 13, n. 3, p. 320-339), em agosto de 2026, o professor Henri Acselrad, do IPPUR/UFRJ, articula os fios de uma trajetória intelectual dedicada a deslocar o debate ambiental do campo técnico-ecológico para a arena da política, justiça e do poder. A conversa percorre oito eixos (justiça ambiental, neoextrativismo, autoritarismo, modernização ecológica, financeirização da natureza, conflitos territoriais, crítica ao Antropoceno e transição justa) que, mais que meras categorias analíticas, são ferramentas para ler o presente. No contexto atual em que a implantação de novas tecnologias reproduzem velhas formas de despossessão enquanto o discurso de Environmental, Social and Governance (ESG) convive com a brutalização da política e os mercados de carbono transformam a destruição ecológica em ativo financeiro, Nesse contexto, a leitura de Acselrad oferece uma chave indispensável: compreender que a crise ambiental é, antes de tudo, uma crise de desigualdade, e que, enquanto os danos puderem ser transferidos para os mais despossuídos, nenhuma transição será verdadeiramente justa. Confira a matéria completa aqui: https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/1527/628

Confira a participação do professor Henri Acselrad em debate sobre "Transição ecológica: mercados, territórios e resistências" na Semana Franco-Uspiana de 2026





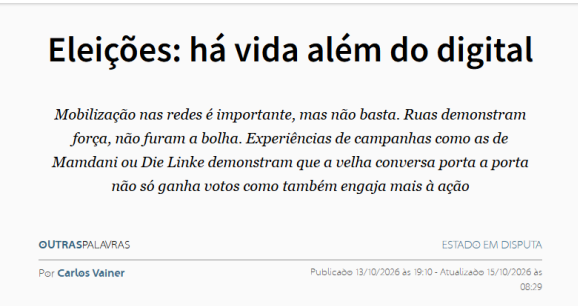
O canal de direito econômico e Financeiro da Universidade de São Paulo divulgou no youtube o debate sobre “Transição ecológica: mercados, territórios e resistências”, realizado no Auditório Goffredo da Silva Telles Jr. da Faculdade de Direito da USP, durante a Semana Franco-Uspiana deste ano. O evento, ocorrido no dia 22 de setembro, reuniu especialistas em questões sociais, jurídicas e financeiras do meio ambiente em diversas mesas com expositores desde a área de Direito Financeiro às políticas públicas, passando pelos objetivos ambientais e territoriais. O primeiro painel, “Transição ecológica, justiça ambiental e movimentos sociais”, teve a participação do professor Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ). Nas mesas subsequentes, os professores Sheila Neder Cerezetti (Direito da USP) e Pedro Romero Marques (MADI- USP) trataram da questão “Integrando gênero às taxonomias sustentáveis: caminhos e desafios”, também disponíveis no canal. Assista à gravação do evento no YouTube

Professor Erick Omena discute as permanências e transformações no segundo turno das eleições presidenciais no Brasil de Fato



Em artigo publicado no Brasil de Fato, o professor Erick Omena debate os registros da virada histórica no segundo turno das eleições presidenciais deste ano. A análise se baseia no relatório de pesquisa "A Urbanização Dependente nos Municípios e Regiões", realizado pelo grupo Dependência, Urbanização e Política nas Cidades (DePoliCi), do INCT Observatório das Metrópoles. O estudo cruzou dados municipais com os resultados das últimas eleições, permitindo associações entre a realidade socioeconômica e o voto lulista nos territórios em todo o país, demonstrando as clivagens sociais do voto e seu papel na configuração das tendências políticas. O artigo expõe a capacidade da mobilização popular de contrariar as tendências, dado o avanço da quantidade de votos em territórios não propensos ao voto petista e diminuição das abstenções e levanta questionamentos sobre a condução do novo governo diante da energia eleitoral. Leia o artigo completo aqui.

Análises do professor Carlos Vainer sobre o panorama de lutas no campo da esquerda em busca da vitória eleitoral de Lula no segundo turno



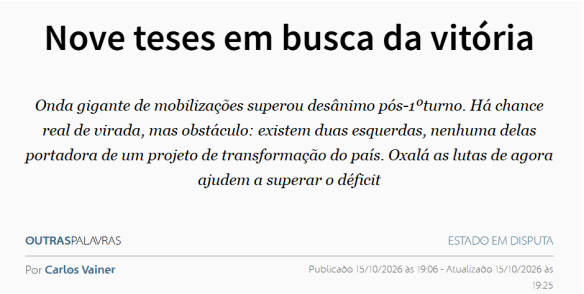
Eleições: há vida além do digital

Mobilização nas redes é importante, mas não basta. Ruas demonstram força, não furam a bolha. Experiências de campanhas como as de Mamdani ou Die Linke demonstram que a velha conversa porta a porta não só ganha votos como também engaja mais à ação

OUTRASPALAVRAS ESTADO EM DISPUTA

Por Carlos Vainer

Publicado 13/10/2026 às 19:10 - Atualizado 15/10/2026 às 08:39



Nove teses em busca da vitória

Onda gigante de mobilizações superou desânimo pós-1ºturno. Há chance real de virada, mas obstáculo: existem duas esquerdas, nenhuma delas portadora de um projeto de transformação do país. Oxalá as lutas de agora ajudem a superar o déficit

OUTRASPALAVRAS ESTADO EM DISPUTA

Por Carlos Vainer

Publicado 15/10/2026 às 19:06 - Atualizado 15/10/2026 às 19:25

Em meio à campanha eleitoral pelo segundo turno presidencial do último mês, o professor emérito Carlos Vainer publicou dois artigos no portal Outras Palavras nos quais analisa o contexto sociopolítico brasileiro atual e sua inserção internacional diante do desânimo pós 1º turno e possibilidades na luta pela derrota do bolsonarismo. Apesar de passado o 2º turno com a vitória de Lula e expressivas mobilizações nas redes e nas ruas, as reflexões acerca da conjuntura política e das formas de construir a luta e a resistência seguem válidas. Acesse os links para conferir os artigos completos!

Em Eleições: há vida além do digital, o professor debate as formas de mobilização considerando a atual disputa pelo espaço nas redes sociais digitais pela esquerda. Ao levantar outras experiências de mobilização em outros países, argumenta que apesar da importância e legitimidade dos meios de comunicação digitais, estes não superam a efetividade do convencimento corpo a corpo, do diálogo com o diferente, da escuta do outro e da prática das ideias freireanas que exaltamos. Em Nove teses em busca da vitória, Vainer aborda, em 9 breves tópicos, temas como o contexto internacional e latinoamericano de ascensão da extrema direita, panoramas e possibilidades de lutas e articulações para as tarefas políticas dos campos da esquerda nacional e análises sobre o surgimento de novas formas de subjetivação da dominação na conformação de um "novo senso comum" em determinados grupos, ancorado a uma adesão ideológica independente dos indicadores econômicos e sociais.